

RAUL SANTOS BRITO

**CUIDADO E ESPECTROGRAFIA DE FRONTEIRA: AQUILOMBAMENTOS E
IMAGINAÇÃO POLÍTICA NA UNIVERSIDADE**

**Assis-SP
2026**

RAUL SANTOS BRITO

**CUIDADO E ESPECTROGRAFIA DE FRONTEIRA: AQUILOMBAMENTOS E
IMAGINAÇÃO POLÍTICA NA UNIVERSIDADE**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de doutor em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Profa. Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo

**Assis-SP
2026**

B862c Brito, Raul Santos
Cuidado e espectrografia de fronteira : quilombamentos e
imaginação política na universidade / Raul Santos Brito. -- Assis,
2026
103 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dolores Cristina Gomes Galindo

1. Psicologia social. 2. Relações raciais. 3. Comunidade e
universidade. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RAUL SANTOS BRITO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 31 de março de 2026, às 9h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de RAUL SANTOS BRITO, intitulada "CUIDADO E ESPECTROGRAFIA DE FRONTEIRA: AQUILOMBAMENTOS E IMAGINAÇÃO POLÍTICA NA UNIVERSIDADE". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Prof. Dr. HILDEBERTO VIEIRA MARTINS (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal Fluminense - (UFF), Prof. Dr. ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA (Participação por Parecer Circunstanciado) do(a) Universidade Federal do Ceará (UFC), Prof. Dr. MARCOS RIBEIRO MESQUITA (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
 DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO
Data: 30/05/2026 09:33:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO

Dedico este trabalho ao Raul criança, como diz Milton Nascimento, *toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão*, obrigado por me acolher e por fertilizar nossos sonhos e imaginações até hoje.

AGRADECIMENTOS

Aos ancestrais, aos que estão, aos que já foram e aos que ainda irão chegar, essa força espiralar que me alimenta e me permite existir.

Aos meus pais Rosineide (Rosa) e Valmir, por até hoje segurarem minha mão e sonharem junto comigo.

Às minhas irmãs Raquel e Viviane (Vivi), por me ensinarem desde sempre o valor do compartilhar e da importância do cuidar. Amo e tenho muito orgulho de vocês.

Ao meu marido Antonio (Bob), como eu sou feliz em compartilhar a vida contigo. Nosso amor é força, leveza e aquilombamento. Sonhar junto com você me fortalece e inspira.

À minha orientadora Dolores, dessa confluência saio feliz e enriquecido. Obrigado pelas escutas, pelas devolutivas e pelos encontros dos quais sempre floresciam ótimas ideias, muitas materializadas aqui na tese.

Aos amigos Fábio e Márcio, que me acolheram em uma de minhas idas a Assis, aqui ou aí, logo nos encontramos novamente.

Ao amigo Lucas, por acreditar no meu trabalho e por nossas construções coletivas, obrigado pelos compartilhamentos.

Aos integrantes do Aquilombando Cuidados, Thayná, Ludmila, Giovanna, Alan, Sagarana, Lumina e Tainá. Esta tese brotou dos nossos encontros. Que felicidade e boniteza foi trilhar esse caminho com vocês.

Ao Maurício, um grande amigo que o doutorado sanduíche me presenteou. Seu jeito doce e destemido me inspiram a acreditar ainda mais nos meus sonhos.

À amiga Lídia, pelo apoio e por materializar aquilombamentos e justiça epistêmica em suas ações. Você me inspira!

Aos familiares e amigos que me acompanharam e apoiaram neste percurso. Como diz a canção: *tudo que nós tem é nós*.

À banca examinadora, por ter aceito o convite, pelo tempo e pelos conhecimentos compartilhados.

Tudo que é imaginário tem, existe, é!
Estamira

RESUMO

A presente pesquisa surgiu como um desdobramento do “Projeto Aquilombando Cuidados: equidade e permanência de estudantes cotistas pretos, pardos e indígenas da Unesp-Assis e objetiva espectrografar os cuidados como modos de resistências e epistemologias da negritude a partir da perspectiva dos corpos negros que habitam a universidade. Como objetivos específicos pretendemos definir o conceito de espectrografia de fronteira; trazer uma política de escrita que dialogue a ética do cuidado a partir método espectrográfico; compor como o poder visionário das ficções, a imaginação política, pode reivindicar justiça epistêmica fora da gramática e das instituições de poder colonizantes, optamos por uma escrita coletiva e mesmo quando o texto está em primeira pessoa, ancorado na epistemologia feminista negra, há um posicionamento ético-estético-político que situa em lugar de enunciação um eu coletivo e que se opõe a violência da abstração.

Palavras-chave: Aquilombamentos; Espectrografia de Fronteira; Ética do Cuidado; Imaginação Política; Epistemologia.

RESUMEN

Esta investigación surgió como desdoblamiento del “Proyecto Aquilombando Cuidados: equidad y permanencia de estudiantes de cuota negros e indígenas en la Unesp-Assis” y tiene como objetivo espectrografiar los cuidados como modos de resistencia y epistemologías de la negritud desde la perspectiva de los cuerpos negros que habitan la universidad. Como objetivos específicos pretendemos definir el concepto de espectrografía de frontera; traer una política de escritura que dialogue sobre la ética del cuidado utilizando el método espectrográfico; componer cómo el poder visionario de las ficciones, la imaginación política, puede reclamar justicia epistémica fuera de la gramática y las instituciones de poder colonizadoras, optamos por la escritura colectiva e incluso cuando el texto está en primera persona, anclado en la epistemología feminista negra, hay un posicionamiento ético-estético-político, que coloca un yo colectivo en lugar de la enunciación y que se opone a la violencia de la abstracción.

Palabras clave: Aquilombamientos; Espectrografía de frontera; Ética del Cuidado; Imaginación Política; Epistemología.

ABSTRACT

This research emerged as an offshoot of the “Aquilombando Care Project: equity and permanence of black, brown and indigenous quota students at Unesp-Assis” and aims to spectrograph care as modes of resistance and epistemologies of blackness from the perspective of black bodies that inhabit the university. As specific objectives we intend to define the concept of frontier spectrography; bring a writing policy that dialogues with the ethics of care using the spectrographic method; composing how the visionary power of fictions, political imagination, can claim epistemic justice outside of grammar and colonizing institutions of power, we opted for collective writing and even when the text is in the first person, anchored in black feminist epistemology, there is an ethical-aesthetic-political positioning that places a collective self in place of enunciation and that opposes the violence of abstraction.

Keywords: Aquilombamentos; Frontier Spectrography; Ethics of Care; Political Imagination; Epistemology.

LISTA DE ABREVIATURAS

COPE – Coordenadoria de Permanência Estudantil

CPPE – Comissão Permanente de Permanência Estudantil

FUNESA – Fundação Universidade Estadual de Alagoas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAL – Instituto Federal de Alagoas

IP – Imaginação Política

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, e outras identidades

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAAF – Programa de Ações Afirmativas

PCD – Pessoa com Deficiência

PDV – Pedido de Demissão Voluntária

PET-NESAL – Programa de Educação Tutorial Núcleo do Semiárido Alagoano

PPI – Pretos, Pardos e Índigenas

PROPG – Pró-reitoria de Pós-graduação

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas

UNEB – Universidade Estadual do Estado da Bahia

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. AQUILOMBANDO CUIDADOS: HABITAR E RESISTIR AO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	23
2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS, UMA POLÍTICA COMPENSATÓRIA OU REPARATÓRIA?.....	24
2.2 TRAÇANDO CAMINHOS PELA PÓS-GRADUAÇÃO.....	29
2.3 CAMINHO DO DOUTORADO: UM SONHO EM CONSTRUÇÃO.....	30
3. PROJETO AQUILOMBANDO CUIDADOS: EQUIDADE E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS DA UNESP-ASSIS	35
3.1 DIREITOS HUMANOS, ACESSO À EDUCAÇÃO E A LUTA ANTIRRACISTA.....	36
3.2 DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES PPI NO ENSINO SUPERIOR DA UNESP.....	40
3.3 POSSIBILIDADES DE AQUILOMBAMENTO: NARRATIVAS AUTORREFERENCIADAS.....	42
3.4 POR UMA ÉTICA DO CUIDADO RACIALIZADA.....	44
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
4. ESPECTROGRAFIA DE FRONTEIRA: UM MÉTODO FURTIVO	47
4.1 MÉTODO COMPOSICIONAL: A POÉTICA DE LER O MUNDO SEM O TEMPO.....	49
4.2 SOBRE ESPECTROGRAFIA DE FRONTEIRA: UMA MATRIZ DE FORMAS DE VIDAS INAUDITAS.....	50
4.3 ANALÍTICA ESPECTROGRÁFICA E COMPOSICIONAL: UM FAZER COSMOPOÉTICO.....	53
4.4 ESCRITAS DA MARGEM, O QUE PODE O CORPO NEGRO ESCREVER?.....	56
4.5 CAMUFLAGENS CONTÍNUAS: REARMANDO CORPOS.....	60
5. JUSTIÇA EPISTÊMICA: DIMENSÕES DE UMA DÍVIDA IMPAGÁVEL	62
5.1 A LINGUAGEM E A VIOLÊNCIA RACIAL.....	63
5.2 GENOCÍDIO, EPISTEMICÍDIO E COSMOCÍDIO CONCEITOS CORRELATOS?.....	64
5.3 PRECISAMOS NOS DESTITUIR DE TODA ARTIMANHA ASSIMILACIONISTA COLONIAL.....	68
5.4 PODER VISIONÁRIO DAS FICÇÕES: PAUTANDO JUSTIÇA EPISTÊMICA.....	71
5.5 NEGRIDADE ESPORULAR.....	74
5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
6. ÉTICA DO CUIDAR: CONFLUÊNCIAS ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICAS	79
6.1 A MENINA QUE LIBERTOU O PÁSSARO.....	79
6.2 CUIDADO E OPACIDADE: ESCRITOS COM CHEIRO E SABOR DE BOLO DE MILHO.....	80

6.3 APRENDENDO-ENSINANDO COMUNIDADE: LEITURAS (PO)ÉTICAS DE CUIDADO E CURA.....	83
6.4 ALIANÇAS COM AS PSICOLOGIAS QUE CAMINHAM NA ESCURIDÃO: ATRAVESSAMENTOS ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICOS.....	88
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
8. REFERÊNCIAS	94
9. ANEXO	101
9.1 ANEXO I.....	101

1. INTRODUÇÃO

*Corro devagar
Porque meu tempo é outro
O que eu quero é logo
O que eu movo é lento...
(Na Beira – Luedji Luna)*

A música que inicia esse escrito prossegue dizendo “(...) é a teimosia do não e eu na beira do sim”, para mim enquanto um homem negro, gay e nordestino, cursando um doutorado em São Paulo, a teimosia é uma fiel amiga das minhas encruzilhadas. Preciso iniciar contando um pouco da minha história com esse estado, aqui (e em vários outros momentos) o meu caminho se entrecruza com milhares de outras histórias de gentes nordestinas e racializadas. Para realizar isso, recorro a autoras feministas negras como Conceição Evaristo (2009), Patricia Hill Collins (2019) Saidiya Hartman (2008) e Christina Sharpe (2023), que colocam a autobiografia não como algo para contar a história do próprio umbigo, uma história que se dobra em si mesma, mas um posicionamento ético-estético-político que situa em lugar de enunciação um eu coletivo e que se opõe a violência da abstração.

Eu filho de um homem negro, algumas vezes lido como branco por ter a pele clara, e de uma mulher negra, irmão de duas meninas brancas, no ano de 1997 fomos diretamente afetados pela crise político-econômica que afetou o estado de Alagoas, meu pai que na época era policial militar foi obrigado a fazer o pedido de demissão voluntária (PDV), na época eu tinha apenas 8 anos de idade, mas lembro de crescer ouvindo as histórias dessa época perversa em que os funcionários públicos ficavam meses sem receber e o comércio das cidades se negava a qualquer tipo de venda aos funcionários públicos estaduais.

Com três filhos pequenos para criarem meus pais, como inúmeros outros nordestinos buscando escapar da dureza em que são submetidos, emigraram para a cidade de São Paulo. Meu pai foi antes para se estabelecer por lá e meses depois já em 1998 fomos eu, minha mãe e minhas irmãs.

Minha lembrança antes de realizar essa mudança era de viver em casas espaçosas com liberdade de sair e socializar com a vizinhança, com os parentes próximos que moravam a poucas ruas de onde vivíamos. Foi um grande impacto para a gente ter que viver cinco pessoas em um ambiente de dois cômodos e um banheiro e numa vizinhança marcada pela violência e desigualdades.

Cheguei em São Paulo em pleno início do ano letivo de 1998, fui recebido com a dureza e frieza que, geralmente, as pessoas nordestinas ainda são recebidas nesse lugar, não conseguimos a vaga para eu estudar, minhas irmãs ainda não estavam em idade escolar.

Meus pais passavam o dia no trabalho, ele como vigilante, ela como serviços gerais. Precisavam tirar do escasso salário um valor para que uma cuidadora, uma mulher preta de origem nordestina que exercia esse trabalho, cuidasse da gente.

Meses depois minha mãe pede demissão do trabalho e começa a trabalhar como empregada doméstica na casa da mulher que nos alugava a casa. Como ela vivia praticamente vizinho de onde morávamos e o custo de vida ficava cada vez mais apertado meus pais encerraram o acordo com a cuidadora já que minha mãe ao longo do dia ia em casa observar o que estava acontecendo e se estávamos bem, como irmão mais velho tinha a função do cuidado e ir avisar a minha mãe caso alguma coisa saísse do controle.

As filhas da patroa da minha mãe, que na época eram adolescentes, criaram uma amizade com ela e com a gente, a filha mais nova chamada Denise passou a me ensinar algumas lições visto que eu não estava frequentando a escola, esse não era o único espaço em que me educava, minha casa sempre foi repleta de livros, mesmo nas situações mais escassas havia sempre boas obras de leituras que iam de gibis da Turma da Mônica, livros religiosos, chegando a boas enciclopédias (muito úteis em épocas antes da internet), clássicos da literatura, filosofia...

No ano seguinte consegui uma vaga na escola, entrei para cursar a 2ª série e aquela criança tímida de apenas 8 anos de idade precisou encarar pela primeira vez a xenofobia, na hora que a professora que mesmo tendo uma postura acolhedora e não perdia a oportunidade de fazer elogios a mim por ser uma criança “comportada” e muito inteligente, isso não era suficiente para ela se desarmar dos seus preconceitos e rir junto da turma quando eu precisei repetir as vogais “e” e “o”, que para mim enquanto alagoano são vogais com som abertos e para aquele contexto sudestino eles pronunciavam de forma fechada. Nessa mesma época minha irmã do meio já estava com idade de frequentar a creche e também conseguiu uma vaga próximo de casa.

Estudando hoje o que a academia tem chamado de feminismos negros, psicologia comunitária, todas essas lições já podiam ser observadas nas ações da minha mãe e das mulheres da comunidade. Logo minha mãe se articulou com outras mães da vizinhança e criaram um revezamento para levar e buscar os filhos na escola/creche assim as mães

(majoritariamente pretas e de origem nordestina) não precisavam se sobrecarregar todos os dias com essa função.

Éramos vizinhos de uma mulher nordestina e negra e criamos com ela uma grande amizade, foi através dela que eu pela primeira vez tive contato com um terreiro de matriz africana, lembro do quanto eu fiquei encantado com aquele lugar, fomos algumas vezes eu, a vizinha, minha mãe e minhas irmãs, ficou marcado em mim até hoje aquele lugar em que eu ficava em estado de encantamento.

Nessa mesma época comecei a fazer parte, no contraturno da escola, de um espaço comunitário em que tínhamos aulas de reforço, artes e outras socializações. Passei, também nesse espaço, a praticar capoeira, lembro que a mestra era uma mulher, mãe solo.

Reforço essas questões das mulheres que cruzaram meu caminho, pois era delas que recebia afeto e acolhimento quando a maioria dos homens estavam preocupados em mandar eu me comportar como homem, não chorar e falar grosso. Me reconheço como um homem cisgênero, sei dos atravessamentos que isso afeta, mas também enquanto um homem gay vivenciei algumas violências por encontrarem em mim elementos do dito feminino. Sou composto de várias intersecções e teimosias!

Depois de dois anos em São Paulo, por fim, pudemos regressar a Alagoas, as condições não deixaram de ser duras, mas aqui eu me sentia pertencente. No retorno a nossa terra tivemos que viver na casa da minha avó por algum tempo. Além de nós, minha avó acolhia a família da minha tia, éramos 12 pessoas dividindo uma casa, mesmo com seus conflitos e suas contradições, esse momento nos dizia que a gente tinha para onde retornar, pertencíamos a uma família. A solidariedade e o cuidado aliviavam os conflitos de se ter tanta gente vivendo em um mesmo lugar.

Lembro do quintal da minha avó, cheio de plantas medicinais delicadamente cuidadas por ela, que serviam para cuidar e curar, sempre que tínhamos uma gripe ou resfriado as mulheres da casa, sobretudo minha avó, fazia lambedor, um cozimento com algumas das plantas medicinais, quando a situação parecia ser mais grave éramos levados ao médico e concomitantemente a uma rezadeira, se os adoecimentos fossem recorrentes sempre havia uma mais velha para dizer: Tem que levar esses meninos pra benzer!

Com um tempo mudamos para Traipu-AL, cidade onde eu nasci e vivem meus parentes maternos, agora só com meus pais e minhas irmãs. Pensando em me preparar para o vestibular decidi, ao finalizar o ensino fundamental, voltar a viver em Arapiraca por ser uma cidade maior e com mais opções de escolas. Me deparei com três greves, na

última quando passei no vestibular de Psicologia, já era final do ano e ainda estávamos cursando o primeiro semestre letivo.

Entro na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) pelo sistema de cotas raciais no ano de 2009, na quarta turma de Psicologia na cidade de Palmeira dos Índios, pois desde de 2006 como fruto das interiorizações das universidades federais realizadas no governo de Lula (2003-2011) havia universidade federal no interior do estado. A junção desses dois fatores foram fundamentais para meu ingresso no ensino superior.

Havia uma disciplina inicial em todos os cursos da interiorização da UFAL, chamada Sociedade Natureza e Desenvolvimento, cadeira que podia ser ocupada por professores das humanidades, na Unidade de Palmeira dos Índios era ministrada por uma geógrafa, professora Ester Ferreira, mulher negra e pesquisadora das comunidades quilombolas de Alagoas. Aguardava ansiosamente suas aulas, a partir disso me vinculei a ela a partir do projeto de extensão Memória Étnica: Reminiscência de Negros Rurais do Agreste Alagoano e do Programa de Educação Tutorial – Núcleo do semiárido alagoano (PET-NESAL).

Nessa mesma época ingressa na UFAL o professor de psicologia Saulo Luders, homem branco e pesquisador das comunidades tradicionais, em 2010 em parceria com a professora Ester iniciam o projeto de extensão citado acima do qual participei de processo seletivo e passei a ser o aluno bolsista.

Passei a ser aluno colaborador do PET-NESAL, do qual a professora Ester era preceptora e Saulo era professor colaborador, as extensões e o programa de educação tutorial foram muito importantes para meu processo formativo, foram nesses espaços que conheci autores como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Ana Maria Machado, Carolina Maria de Jesus, Frantz Fanon e circulei por algumas comunidades tradicionais do agreste alagoano.

Por essas vivências decidi pesquisar sobre saúde das comunidades quilombolas como trabalho de conclusão de curso, pesquisei sobre como os profissionais de saúde compreendiam a política de saúde da população negra no atendimento à saúde mental na atenção básica.

Entro no mestrado em Psicologia no ano de 2019, também pelo sistema de cotas, para pesquisar as práticas de cuidado produzidas por uma comunidade quilombola, nessa pesquisa me aproximo mais da Aparecida Silva (Cida), então estudante de Serviço Social, mulher negra e quilombola integrante do PET-NESAL, que agora Saulo era professor preceptor e também foi meu orientador no mestrado.

Foi a partir da Cida que foi possível realizar a pesquisa de mestrado, pois a nossa ida, presencialmente, a comunidade foi impossibilitada pela pandemia de Covid-19. O PET-NESAL sempre possibilitou ser esse espaço de aquilombamento e me acompanha até hoje, na realização das oficinas do Projeto Aquilombando Cuidados, do qual vou falar mais detalhadamente daqui a pouco, tivemos um dos nossos momentos formativos com a professora Marli Araújo, professora do curso de serviço social e atual preceptora do Programa de Educação Tutorial.

Lembro que para realizar o mestrado foi necessário eu ter uma conversa com os meus pais, pois eu já assumia algumas despesas de casa, mas depois que fui aprovado precisei diminuir minha carga horária no trabalho, consequentemente reduzindo meu salário, sendo que meus gastos iriam aumentar, visto que precisaria me deslocar de Arapiraca até Maceió semanalmente para acompanhar as aulas. Não tive bolsa durante esse percurso, cheguei a passar em um processo no início do segundo ano, mas logo recebi um e-mail falando do corte de bolsas, isso durante o governo Bolsonaro (2019-2022), que acarretaria o corte de metade das bolsas ofertadas, o que me afetou diretamente.

Em janeiro de 2020, pouco antes de decretarem a pandemia, fui demitido do meu trabalho, a situação só não ficou mais inviável para minha permanência por que já não precisava viajar a Maceió e por que processei a empresa em que trabalhava por não assinarem minha carteira, além do valor recebido pude entrar com pedido de seguro desemprego o que me seguiu até encontrar outro emprego, agora já na cidade de Maceió, cidade onde resido e trabalho atualmente.

Durante o mestrado conheci, através do meu orientador Saulo Luders, a professora Dolores Galindo. Desse encontro além da participação da banca escrevemos junto um artigo sobre itinerários terapêuticos e comunidades tradicionais, dessa aliança surgiu a possibilidade de realizar o doutorado com ela na UNESP-Assis.

Nesse período passei no doutorado em Psicologia da Unesp-Assis no estado de São Paulo, buscando aprofundar o debate sobre a ética do cuidar realizado no mestrado. Ainda sob o governo Bolsonaro, passo o primeiro ano sem bolsa.

Durante essa etapa vivenciei muitos momentos enriquecedores, como a participação de Nego Bispo, na disciplina interinstitucional, Vozes Contra o Genocídio, tendo a minha orientadora como uma das organizadoras. Os encontros com o grupo de pesquisa, o ateliê de escrita proposto por Dolores foram desses espaços que saíram grande parte da minha escrita da tese.

No fim do primeiro ano surge um edital para realização de projetos que se vinculassem aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), que contemplava alunos cotistas pretos, pardos e indígenas (PPI); pessoas trans e pessoas com deficiência, em conversa com a orientadora decidimos apostar em um projeto que intitulamos Aquilombando Cuidados: Equidade e Permanência de Estudantes Cotistas Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) da Unesp-Assis, que foi o único projeto do *campus* a fazer parte da proposta do edital.

No primeiro ano do projeto tínhamos a composição de seis pessoas sendo eu o bolsista doutorando e mais cinco graduandos bolsistas, sendo quatro estudantes negros e uma estudante com deficiência, Alan da Silva Pereira; Giovanna Araújo Navarro; Ludmila Vitoria da Silva; Sagarana Cristina Nascimento dos Santos; Thayná Martinez Pascoal todos graduandos em psicologia na época.

Nos reuníamos semanalmente as terças-feiras e debatemos muitos autores, sobretudo negros, para discutir, racialidade, permanência, aquilombamento, combate ao capacitismo, dissidências sexuais e de gênero e outros temas que nos atravessavam.

Uma das propostas do projeto foi a realização de intercâmbios entre universidades, tínhamos uma aproximação com a UFAL, como já foi mencionado, e com a UFRB a partir da professora Regina Marques de Souza Oliveira, que junto com o graduando em Psicologia da mesma instituição, Railton Conceição nos proporcionaram um momento formativo durante o primeiro ano do projeto.

No segundo ano do projeto, uma das nossas integrantes se forma e ingressa no mestrado na mesma instituição e outra bolsista migra para um projeto de iniciação científica e temos o ingresso de uma mulher trans ao nosso projeto. Entrou também como colaboradora a mestranda Tainá Dias e uma graduanda bolsista Lumina Castanharo da Silva, que ingressou pelo sistema de cotas para pessoas transsexuais.

Nesse momento de transição, passo a rever o andamento da minha pesquisa e os caminhos estavam me levando a discutir permanência, epistemologia, ética do cuidado a partir da perspectiva de corpos negros que habitam a universidade. Não estava deixando de lado meu acesso às comunidades quilombolas e aos caminhos que já havia construído, mas o fluxo das minhas caminhadas estava me colocando a pesquisar de outras perspectivas.

Em 2022, surge um edital de estágio no exterior, Edital PROPG 44/2022, destinado a doutorandos pretos, pardos e indígenas. Fui aprovado neste edital e em 2023 realizei meu período sanduíche na Universidade do Porto com orientação de Conceição

Nogueira, professora que realiza o debate das interseccionalidades gênero, sexualidade e raça na graduação e na pós-graduação.

Essa foi a segunda vez que vivi em Portugal, a primeira foi em 2014, em que também realizei seis meses de intercâmbio, na Universidade de Aveiro através de uma bolsa parcial do Santander Universidades, que foi possível realizar pela complementação financeira realizada pelos meus pais.

Na oportunidade de 2023, tive a possibilidade de conhecer um país do continente africano pela primeira vez. Visitei o Marrocos e foi incrível sair de um país onde as relações eram majoritariamente frias, para um lugar marcado pelos sorrisos e solidariedade. E outra constatação é que a dita África branca não é tão branca assim. Agadir e Marraquexe as cidades que visitei são muito plurais e cosmopolitas.

Durante o percurso do doutorado orientei, como professor voluntário da UFAL, dois trabalhos de conclusão de curso com o debate das relações étnico-raciais nas comunidades quilombolas, que me colocaram tranquilos na decisão de escrever sobre nossos corpos racializados nas universidades. Isso atravessa diretamente os caminhos que já tinha percorrido e as discussões sobre ética do cuidar realizadas no mestrado me deram sustentação para caminhar na pesquisa de doutorado.

Objetivamos com a presente pesquisa espectrografar os cuidados como modos de resistência e epistemologia da negritude a partir da perspectiva dos corpos negros que habitam a universidade. Como objetivos específicos pretendemos definir o conceito de espectrografia de fronteira; trazer uma política de escrita que dialogue com o cuidado a partir do método espectrográfico; compor como o poder visionário das ficções pode reivindicar justiça epistêmica fora da gramática e das instituições de poder colonizantes.

O que buscamos defender com esse trabalho, é que espectrografar a permanência de sujeitos negros na universidade nos dá a possibilidade de sair da gramática da universalização, nos posicionamos em fazer leituras poéticas das dobras e dobraduras das realidades negras, dar-com a dimensão do sensível como reivindicação de justiça epistêmica.

O presente trabalho de tese está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discuto sobre os modos de resistir e habitar o ambiente acadêmico traçando caminhos epistêmicos que nos tirem, sujeitos racializados, da gramática da violência acadêmica, faço essa discussão percorrendo os caminhos que fiz desde a graduação até o doutorado.

No capítulo 2, trago uma versão adaptada para a tese do artigo “Aquilombando Cuidados: equidade e permanência de estudantes cotistas pretos, pardos e indígenas da

UNESP-Assis”, oriundo e fruto das ações do projeto de mesmo nome, uma escrita coletiva composta por mim e pelos integrantes/bolsistas do primeiro ano do projeto, Alan da Silva Pereira, Giovanna Araújo Navarro, Ludmila Vitoria da Silva, Sagarana Cristina Nascimento dos Santos, Thayná Martinez Pascoal.

O artigo foi publicado na revista *Diversitas Journal* da Universidade Estadual de Alagoas, no volume 8, número 4, do periódico. Entre as discussões realizadas no artigo estão a permanência de alunos cotistas PPI e as oficinas realizadas pelo projeto, trabalhamos também com os conceitos de quilombamento e ética do cuidado (Brito *et al.* 2023).

O capítulo 3 concentra uma discussão de caráter metodológico, a escrita da tese iniciou-se por esse capítulo. Tive a alegria da confluência do encontro com os estudos de Bona (2019; 2020) autor afropeu francês, um homem negro filho de mãe francesa e pai centro-africano que experiencia o não-lugar ao qual corpos racializados são submetidos na Europa, que busca nas diásporas os modos de re-existência que furam e vazam o tempo e o espaço e alimentam as fugas, os quilombos e continua a alimentar as formas de vida de sujeitos negros aqui e lá, no outrora e no porvir.

Alinhado a essa confluência, outro feliz encontro foi com os escritos de Denise Ferreira da Silva (2016; 2020) que alinhado ao primeiro autor contribuiu para o conceito de espectrografia de fronteira, uma metodologia inventiva negra alinhada às polifonias do pesquisar. O capítulo está escrito em formato de artigo e será uma de nossas publicações futuras.

Em “Justiça epistêmica: dimensões de uma dívida impagável”, nosso 4º capítulo busco a partir do conceito de dívida impagável de Silva (2019) alinhada a outros autores como Fanon (2008; 2022); Mombaça (2021); Glissant (2011); Hartman (2021); Imarisha (2016); Carneiro (2005) entre outros discutir epistemologia, justiça, ficção e descolonização da imaginação. Esse capítulo também foi construído em formato de artigo para posterior publicação.

Nesse capítulo, construímos uma ficção, como exercício de imaginação política, chamada Negridade Esporular, aliamos para essa escrita a concepção de esporos de fungos que se espalham e se reproduzem de maneira quase imperceptível, confluenciada ao pensamento negro radical, sobretudo nos escritos de Jota Mombaça (2021), que nos aponta a radicalidade do impossível, “aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas” (p.14).

No capítulo 5, abordamos a ética do cuidar a partir de suas dimensões ético-estético-políticas e como podemos pactuar nossas vivências com psicologias que caminham na escuridão.

É necessário situar a política de escrita adotada na presente tese nos situamos epistemologicamente ao pensamento negro radical, sobretudo do pensamento feminista negro radical, e nos exercícios de imaginação política que emergem dessa radicalidade.

Por uma política de escrita encarnada situamos relato de experiência como parte desse exercício de radicalidade e desse corpo coletivo negro que escreve, tomamos como inspiração Mombaça (2021) que fala do cuidado como solvente, como ferramenta abolicionista do mundo como o conhecemos, nesse ponto colocamos nossa escrita a esse propósito, sem a reivindicação de reparação ontológica, de um sujeito humano definido pela branquitude.

Nossa política de escrita narra indizível, o não dito, o que não cabe nas generalizações determinadas pela branquitude. Também realiza exercícios de imaginação política pondo os aquilombamentos como fuga e articulações coletivas para construção de futuros potáveis.

2 AQUILOMBANDO CUIDADOS: RESISTIR E HABITAR O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Desde que comecei a estudar sistematicamente as relações raciais e entrei em contato com referências como Clóvis Moura (1983); Florestan Fernandes (1978) sobre o modo organizativo dos quilombos e a maneira como a ideologia colonial excluiu, e continuar a excluir, os sujeitos negros de qualquer forma de reparação após quase 400 anos de trabalho escravizado, passei a analisar de forma mais crítica as políticas de cotas. Não bastava só rebater a crítica vazia de uma colega não-cotista, com rendimento e participação acadêmica mais baixo que dos estudantes cotistas, reafirmar sempre que podia que a política de cotas só servia para comprovar a incapacidade das pessoas negras de acessarem a universidade de maneira meritocrática.

Como exercício ético-político costumo nomear a norma para desuniversalizar a produção do conhecimento e a racializar os sujeitos brancos que creem que seus acordos tácitos nascem de maneira orgânica sem nenhuma influência de seus posicionamentos racistas. Já nos alerta Mills (2023) que o contrato racial, o da branquitude, é político, moral e epistemológico, pois determina quem fica com o quê, em suma é um contrato de exploração.

Dessa forma a partir dos dois primeiros autores citados podemos ver como se materializa esse contrato racial, após quase quatro séculos de escravização da população negra e indígena, numa política deliberada de embranquecimento da população o Brasil não só escolhe excluir sujeitos racializados de qualquer direito relacionado a terra como beneficia populações brancas com políticas de imigração e cotas de terra para iniciarem a vida em um novo país, ora vejamos quem são os primeiros beneficiários de políticas de cotas no país (Moura, 1983; Fernandes, 1978).

Como já apontamos esse contrato também é moral e epistemológico, a gênese de algumas áreas de conhecimento se proliferou a partir dessa política de embranquecimento como é o caso da psicologia social que teve no médico Nina Rodrigues um dos seus principais expoentes, seus estudos serviram para corroborar com a política de embranquecimento, com o racismo científico que responsabilizava os sujeitos negros pelas mazelas que afetavam o país (Chaves, 2003).

Tais estudos não serviram apenas para destituir as populações negras e indígenas de suas terras e territórios, a racionalidade branca a partir do racismo científico cria um lócus de racionalidade onde apenas a população branca é capaz de acessar e produzir esse conhecimento, que de forma direta serve para violar e explorar os sujeitos racializados.

É essa racionalidade da branquitude que teve vários séculos para poder se fermentar e naturalizar os espaços institucionais de conhecimento como brancos, que faz com que a branquitude se sinta legitimada para falar em meritocracia sem possuir minimamente uma leitura da formação socioeconômica e racial do sistema-mundo, “um cinismo profundo está no âmago da cultura do dominador, onde quer que ela prevaleça no mundo” (bell hooks, 2021, p. 44). Por isso, e pelos seus acordos tácitos, mesmo com essas leituras o posicionamento não mudaria, pois é uma escolha política e de dominação perpetrada por esses sujeitos.

Para aprofundar o debate sobre se as ações afirmativas são uma política compensatória ou reparatória se faz necessário compreender como elas se estruturam e como elas se mantêm aqui no Brasil após mais de duas décadas de sua implementação.

2.1 Ações Afirmativas¹, uma política compensatória ou reparatória?

As ações afirmativas tiveram início no Brasil há mais ou menos duas décadas, com as primeiras ações datadas em 2002, iniciando com iniciativas de universidades estaduais como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que a partir de legislações estaduais garantiam a reserva de vagas destinadas a estudantes de escolas públicas (Guimarães; Zelaya, 2021).

Entre uma das pioneiras entre as federais se destaca a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que em 2003 adotou o sistema de cotas através do Programa de Ações Afirmativas (PAAF) (UFAL, 2023).

As ações afirmativas compreendem políticas públicas (e privadas) que objetivam garantir direitos historicamente negados a grupos minoritários, como mulheres, negros, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência entre outros. Desse modo, as políticas de cotas raciais para acesso às universidades se caracterizam como uma política de ação afirmativa.

Lembro que, durante minha graduação, como já afirmei, era comum ouvir de alguns colegas o discurso da meritocracia e de que se todos são iguais. A política de cotas fere essa concepção de humanidade.

¹ Cabe ressaltar que as políticas afirmativas foram possíveis pela luta e protagonismo do movimento negro e a importância de Abdias Nascimento na construção de projetos de lei que culminaram nas atuais políticas públicas de ações afirmativas para a população negra.

Não irei me deter em contra-argumentar essa concepção, pois creio que já consegui respondê-la já na introdução deste capítulo. Mas sinto a necessidade de pontuar que essa concepção permeia não só o acesso à universidade, mas sempre que abordamos políticas de ações afirmativas e/ou de atendimento as necessidades de populações minorizadas o discurso sempre recai nessas concepções, como pude observar entrevistando profissionais de uma unidade básica de saúde (UBS) localizada em território quilombola, que desconheciam a política de saúde da população negra e afirmavam não diferenciar o atendimento da população quilombola dos demais territórios que eram atendidos naquela UBS (Brito, 2015).

Sempre há uma tentativa de nivelamento a partir do parâmetro de branquitude para abordar humanidade e igualdade. Aqui trazemos o sentido de equidade e justiça social para realizar a leitura das ações afirmativas, pois se por fatores históricos, que se materializam em situações sociais, políticas, econômicas e de saúde, só para citar alguns exemplos, as ações precisam ser direcionadas para sanar a problemática criada pela branquitude e seus privilégios.

Sobre esses privilégios, apontamos que a política de cotas raciais nessas duas últimas décadas não se deu de forma homogênea, muitas universidades demoraram a adotar um sistema de cotas, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP), universidade mais prestigiada e elitista do país, que só iniciou a implementação dessa modalidade de cotas entre 2017 e 2022 (USP, 2024).

No caso da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP), entre as três universidades estaduais paulistas, foi pioneira na reserva de vagas, apresentando em 2013 uma resolução para garantia para o sistema de cotas, incluindo a reserva de cotas raciais (UNESP, 2021).

Ingressei na UFAL em 2009, lembro da conversa que tive com meu pai em 2008, antes de realizar o vestibular onde falei que iria optar pelo sistema de cotas, meu pai havia ingressado na universidade pública em 2006, três anos antes de mim, para cursar a licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Ambos acessos permitidos pelo processo de interiorização das universidades públicas, pois não havia universidades públicas no interior do estado. A UFAL iniciou a interiorização no ano de 2006 com os primeiros ingressos nos cursos oferecidos no *campus* Arapiraca, e suas respectivas unidades educacionais de Penedo e Palmeira dos Índios, nesta última é ofertado o curso de Psicologia da qual eu ingressei na quarta turma do curso, que ainda não havia formado a sua primeira turma.

Essa trajetória foi diretamente influenciada pela expansão das universidades iniciada durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dividida em três fases, sendo a fase I (2003-2007) responsável pela interiorização de *campi*, visando solucionar a concentração de educação superior em áreas metropolitanas; fase II (2008-2012), período em que foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), visando além de ampliar o quantitativo de vagas e o número de cursos, melhorar as infraestruturas e evitar a evasão dos discentes; contou também com uma fase III (2012-2014), voltada para a conclusão das unidades e efetivação de políticas de integração, fixação e de desenvolvimento regional (Lima, 2013; Paula; Almeida, 2020)

No caso da UNEAL, a Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA) foi promovida a universidade estadual, em 2006, garantindo aos estudantes interioranos o ingresso na universidade pública. Meu pai ingressou também nas primeiras turmas dessa transição. O tema racial, até onde lembro, sempre foi feito na minha casa, mas com a entrada do meu pai na universidade isso ganhou outros contornos, começamos a ter acesso a conhecimentos que antes não tínhamos e a universidade passou de ser um território distante, há um lugar de circulação.

Por falar em território, foi com o acesso do meu pai à universidade que passei a ter contato com a leitura de autores como Milton Santos e sobre as leituras críticas de globalização e território. Minha primeira experiência lendo um intelectual negro foi lendo textos desse autor.

Até hoje o ingresso no curso de Psicologia acontece no segundo semestre de cada ano, e no ano em que passei na UFAL também passei no Instituto Federal de Alagoas - IFAL no curso de Sistemas Elétricos com ingresso já no primeiro semestre, como era um curso superior tecnológico e duração de três anos. Logo coloquei na cabeça que deveria cursar o IFAL, pois se me identificasse com o curso não me matricularia em Psicologia e logo poderia conseguir um emprego sem ter que esperar os longos cinco deste último. Digo longos cinco anos não no sentido de que o curso não deveria durar esse tempo, mas era um longo tempo para um jovem negro de 19 anos esperar para ter um emprego, pois estudando pela manhã, em uma outra cidade, seria quase impossível encontrar um trabalho que desse para conciliar com a graduação.

Logo nas primeiras aulas de cálculo e desenho técnico, descobri a minha não vocação para o curso de Sistemas Elétricos. O ponto crucial para decidir que cursaria Psicologia, foi perceber que passava mais tempo na biblioteca lendo livros de sociologia

e psicologia que propriamente nas aulas, o primeiro curso era mais um plano de sobrevivência que um desejo, assumi meu desejo e fui cursar Psicologia.

Isso só foi possível pelo aquilombamento dos meus pais, que me acolheram para estudar algo que eu estava afim, nem todas as pessoas negras conseguem apostar em algo que desejam. Muitas vezes, nós enquanto sujeitos negros temos que abdicar de um sonho por que a estrutura racista não nos permite acessar espaços e direitos.

Aquilombamento é um conceito muito importante para esta tese. Temos como base para sua compreensão os estudos de Beatriz Nascimento (1985) e Abdias do Nascimento (2019), tomamos por definição a ideia de *continuum* cultural em várias escalas de tempo e territorialidade onde sujeitos negros a partir de atualizações de resistências coletivas rompem com a violência racial imposta, essa ideia-força criativa alicerça não apenas o surgimento dos quilombos, mas atravessa todos os modos de resistência e luta negra como as rodas de samba, capoeira, terreiros, candomblés, favelas e todas organizações coletivas negras da atualidade.

A prática do aquilombamento é atravessada pelo princípio filosófico africano Sankofa, uma vez que diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversais. Se “cada cabeça é um quilombo”, como anuncia Nascimento (1989), aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político (Souto, 2020 p. 141)

É pelos aquilombamentos que nós, negros, também, construímos nossos acessos a partir dos nossos modos de se organizar e sonhar coletivamente. Muitos ancestrais por meio de organizações sociais, religiosas e familiaridades, e essa última nem sempre correlacionada a laços de consanguinidade, mas muito mais a um aquilombar-se, compravam a liberdade de nossas irmãs e irmãos (Bezerra, 2010)

Foi e ainda é essa ideia-força de que são os aquilombamentos que alimentam os movimentos sociais negros, que garantiram o reconhecimento das comunidades quilombolas na atual Constituição Federal, que pautam as ações afirmativas e outras políticas de garantia de direitos as populações vulnerabilizadas pelo sistema racista, patriarcal e classista.

Digo isso, pois quando se discutem as ações afirmativas adotadas pelas universidades há uma ideia de que essa política por si só garante a reparação de um

sistema violento que excluiu sistematicamente sujeitos negros do espaço acadêmico e da possibilidade de produção de conhecimento nesses espaços.

Há um caminho que precisou ser traçado para que eu pudesse acessar a universidade pública. Durante meu ensino fundamental e médio, minha família era beneficiária do programa Bolsa Família, isso garantiu muitas vezes um fôlego ao orçamento apertado dos meus pais, uma garantia de segurança alimentar.

Acessar não é permanecer, quando nós, sujeitos negros, chegamos à universidade nos deparamos com uma infinidade de leituras de teóricos brancos, quase todos homens e na maioria das disciplinas nenhuma referência negra. Nas poucas vezes que a negritude aparecia era como objeto de estudos dessa ciência, como acontece com todos os conhecimentos científicos que são alicerçados em uma estrutura racial da branquitude.

Fruto da interiorização das universidades públicas pude contar na graduação com professores majoritariamente nordestinos e isso é um ponto muito importante, pois não adianta se debruçar como se organiza o sistema mundo sem realizar uma análise das configurações locais.

Mas em contramão, pela ausência causada pelo racismo estrutural e epistêmico, o lugar do debate racial na minha experiência na UFAL como também na Unesp-Assis é realizado majoritariamente por docentes brancos. Pelo escasso número de docentes negros nas instituições onde me formei ainda não existem coletivos de docentes negros o que em si já é um dado da violência epistêmica pela qual nós negros passamos.

Permanecer na universidade durante a graduação que tinha essa configuração foi muito diferente de cursar o mestrado na capital Maceió com um corpo docente de maioria sudestina e sulista, que também é completamente distinto de ser um corpo negro-nordestino ocupando um lugar em uma universidade sudestina, agora, durante o doutorado. Uma aliança muito importante para minha manutenção no doutorado foi realizá-lo sob a orientação de uma nordestina, durante meu percurso no doutorado isso foi muito importante para marcar o meu lugar nesse espaço.

Esses trânsitos, em maior ou menor medida, sempre apontavam para um não-lugar, um lugar de não pertencimento, um sentimento que eu já conhecia e que, por isso, passei, ao longo desses anos, estudando as coreografias da violência racial estudando cada passo, cada gesto. Estudá-las não me livrou de ser golpeado pelo racismo inúmeras vezes durante o processo, mas aprendi a cada gesto estudado a me aquilombar, embora não haja salvação, há fugas.

Já na graduação algo muito importante para a minha permanência foram as extensões e ou debates realizados fora das disciplinas oficiais ofertadas pelo curso. Ajudavam-me não só na questão epistemológica, por trazer ao debate referências negras, indígenas e periféricas, como financeiramente, sem as bolsas que consegui durante a graduação teria sido inviável concluí-la.

Da graduação ao doutorado as poucas referências de professores negros que tinha foram diminuindo ao passo de cada uma dessas etapas, a paleta de cores ficava cada vez mais branca e masculina. Nessas andanças costurei alianças com pessoas brancas aliadas ao antirracismo e mesmo com os impasses e contradições que essas relações impuseram me mostraram a importância de pautar sujeitos brancos a luta antirracista, pois há vários pontos em que os privilégios da branquitude produzem uma neblina onde eles não enxergam nada além da brancura, é preciso estar atento a quem, além de nós, negros, ouve e se mobiliza por nossas pautas.

2.2 Traçando caminhos pela pós-graduação

Minha trajetória desde a graduação até o doutorado aconteceu através das ações afirmativas, as relações étnico-raciais estiveram presentes nos meus estudos desde a graduação. E aqui cabe destacar que, nós, sujeitos negros, sempre somos interpelados a responder a questões raciais sempre que surge alguma questão sobre o debate, ou somos convidados sem nenhuma antecedência a fazer uma fala sobre o 20 de novembro, tenho negado a todos esses tipos de convite.

Não, não é uma obrigação de nós, sujeitos negros, pesquisar sobre as relações étnico-raciais, mas mesmo para nós que pesquisamos sobre, nos deparamos com alguns problemas. Desde a graduação pesquiso sobre saúde da população negra, população quilombola, ruralidades. Ao longo do tempo, outros atravessamentos começaram a compor meus caminhos de pesquisa como ética do cuidado, metodologias de pesquisa contracoloniais, permanência estudantil. Mas perdi as contas de quantos convites recebi para falar sobre racismo, pois na ideia de quem estava me convidando esse era meu interesse de pesquisa.

Esse é um dos problemas que nós sujeitos negros pesquisadores encontramos, sempre buscam reduzir ou simplificar nossas pesquisas por mais múltiplas e complexas que sejam ao tema do racismo, entender esse tipo de coreografia nos ajuda a interpelar a branquitude sobre seus posicionamentos reducionistas, universalizantes e antes de tudo racistas. É necessário deixar de aceitar alguns convites, isso também é pedagógico.

Sobre o meu ingresso no mestrado é preciso pontuar o momento político em que vivíamos, ingressei em 2019, depois de algumas tentativas em alguns programas de pós-graduação em Psicologia e Antropologia da UFAL e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), alguns desses processos permeados de violência epistêmica.

Em meio à gestão do governo Bolsonaro realizei todo o mestrado sem bolsa e tendo que me deslocar do interior até a capital e trabalhando com carga horária e salários reduzidos para poder dar conta de realizar essa etapa que tanto queria, as abdições ocorrem à nossa revelia isso também é parte da violência racial que nos é imposta.

Mas não parei, vi a possibilidade de realizar o doutorado e continuei. Sabia que muitas vivências se repetiriam, como ter que trabalhar para dar conta da pesquisa e outras violências epistêmicas, busquei meus caminhos de suspensão, meus aquilombamentos e continuei, tenho continuado.

2.3 Caminho do doutorado: um sonho em construção

*Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber...
(Chico César)*

Inicialmente, quando ingressei no doutorado pretendia dar continuidade à pesquisa de mestrado sobre as práticas de cuidado em uma comunidade quilombola do agreste de Alagoas, meu território de pertencimento. Eu emendei o mestrado com o doutorado, o processo de ingressar no mestrado havia sido bastante violento no âmbito epistêmico e econômico, por mais que eu tivesse um orientador crítico, que me incentivava nas minhas escolhas epistêmicas, em pleno governo Bolsonaro, sem bolsa e sobrevivendo a uma demissão junto com uma pandemia, pelas insistências dos meus aquilombamentos, concluí.

Iniciei no doutorado e num novo emprego, passei a trabalhar com a população de rua em Maceió-Alagoas. Felizmente estava trabalhando, pois mais uma vez não havia conseguido uma bolsa. E como conseguir? Se meu currículo estava comprometido por uma trajetória de pesquisa realizada concomitantemente com um trabalho que mal dava pra me sustentar na pós-graduação, trabalhava para poder financiar minha pesquisa, na época morava e trabalhava em Arapiraca e estudava em Maceió um percurso de mais de

100 km, mais de 200 km considerando ida e volta, que precisavam ser percorridos semanalmente.

Perto de concluir o primeiro ano do doutorado surgiu o edital da Coordenação de Ações Afirmativas e Diversidade, Edital Nº01/2021 – Vice-reitoria/ Ações Afirmativas e Diversidade, que tinha por objetivo fortalecer o protagonismo social e acadêmico de discentes pretas, pretos, pardas, pardos, indígenas (PPI), pessoas com deficiências e pessoas trans, travestis e transexuais da graduação e da pós-graduação, a bolsa contemplaria um estudante da pós e até cinco graduandos para o desenvolvimento de diagnóstico e proposição de intervenção em comunidades vulnerabilizadas.

Vi neste edital, a oportunidade de conseguir uma bolsa e poder, como desejava e sonhava, me dedicar exclusivamente ao processo de pós-graduação. Fui incentivado por minha orientadora a construir um projeto para submeter ao edital.

Um outro ponto importante que precisa ser destacado é que o meu ingresso no doutorado só foi possível devido às medidas de isolamento social que ainda vigoravam e pude cumprir os créditos integralmente de forma remota. Não teria condições econômicas de me deslocar, sem bolsa, para outro estado já que Alagoas não possuía doutorado na área de Psicologia.

Levando em consideração esse ponto me deparei com alguns entraves, não possuía articulação com nenhum graduando e também não poderia realizar intervenção na comunidade quilombola aqui em Alagoas, devido a questão logística e à inviabilização de aprovação do projeto por ser um território fora de São Paulo.

Mesmo diante deste edital, sabia que não estaria em uma situação equânime aos bolsistas das instituições de fomento à pesquisa, pois não poderia me dedicar exclusivamente ao meu projeto, pois essa bolsa requereu dedicação semanal de 8 horas e a impossibilidade de acúmulo com outras bolsas ou vínculo empregatício.

Pensando em otimizar o projeto em articulação com o que estava pesquisando pensei em abordar a permanência dos estudantes PPI na universidade articulando cuidado e aquilombamento e assim dialogaria diretamente com o projeto com o que eu estava pesquisando.

Minha orientadora, Dolores Galindo, concordou com a temática e construímos a proposta de projeto intitulada Aquilombando Cuidados: Equidade e Permanência de Estudantes Cotistas Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) da Unesp-Assis.

Segundo as diretrizes do edital, os projetos submetidos deveriam contemplar ao menos 3 dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das

Nações Unidas (ONU), metas estabelecidas para a agenda 2030 dessa organização. Nos últimos anos é recorrente vermos nos noticiários indicadores e pronunciamentos de representantes dos países signatários que não alcançarão as metas até a data estabelecida. Recentemente, durante a Cúpula do Futuro realizada pela ONU em setembro de 2024, o presidente Lula afirmou que essa agenda caminha para ser o maior fracasso coletivo da humanidade, pois no ritmo atual apenas 17% das metas serão realizadas no prazo (Governo Federal, 2024).

Há uma conta muito fácil de fazer para refletir sobre o porquê dessas metas e objetivos serem tão difíceis de alcançar, como pensar em um desenvolvimento sustentável em um sistema indefensavelmente insustentável? Esse dilema nos acompanhou na construção da proposta de intervenção e ao longo do desenvolvimento do projeto. Corroboramos com o posicionamento de Abdias Nascimento (2019), em “O Quilombismo”, “devemos, por isso mesmo, considerar inimigos a todos aqueles que, mesmo inconscientes clamam por uma ‘modernidade’ que já é passada: somos seres contemporâneos propondo uma vida nova” (p. 100).

A partir de um colega do grupo de pesquisa, Fábio Martins, que vive na região de Assis e pesquisava permanência estudantil, consegui contato de alguns estudantes e comecei o percurso de articulação, em pouco tempo conseguimos preencher as cinco vagas de graduação.

Inicialmente, todas as vagas foram preenchidas por estudantes cotistas autodeclarados negros. Mas, devido a uma desistência, por incompatibilidade com a carga horária do projeto, ainda no início das atividades, uma estudante, pessoa com deficiência e branca, passou a integrar nossa equipe, eram todos graduandos(as) em psicologia.

Vale salientar que apenas 20 projetos seriam contemplados, número inferior aos 24 *campi* que possui a universidade, isso sem considerar que alguns *campi* tiveram mais de um projeto aprovado. No *campus* de Assis, fomos os únicos com aprovação neste edital.

Nosso principal objetivo era promover, no espaço universitário, um ambiente de acolhimento para estudantes cotistas (PPI) através da elaboração estratégias de equidade de oportunidades e de permanência desses estudantes em seus percursos acadêmicos. Nossa proposta articulou a possibilidade de, a partir da proposta do edital, discutir e financiar um projeto de intervenção pensando o próprio público a qual o edital se destinava.

Quando estávamos construindo o projeto eu estava numa articulação de leituras para construir minhas alianças acadêmicas para pensar quilombamentos e cuidados aliando leituras que fiz na graduação e/ou mestrado como Abdias Nascimento, Beatriz do Nascimento e Clóvis Moura a novas leituras que chegaram a partir do doutorado como Nego Bispo, Dénètem Touam Bona, para pensar quilombos, quilombamentos e quilombismo, não necessariamente nessa ordem.

Ao pensar o tema do projeto relacionei diretamente aos escritos sobre quilombismo de Abdias Nascimento, no capítulo 7, “O quilombismo”, no livro de mesmo nome, o autor inicia a discussão desse conceito a partir da memória e do saber negro africano no qual critica a carência ética do mundo ocidental e como linhas de fuga desenhadas pelos sujeitos negros, aqui nesse território desde o século XV (Nascimento, 2019).

O quilombismo se estrutura em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio da floresta de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importavam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei, erguem-se os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 2019 p. 281-282).

Esse conceito traz em si uma polifonia, ou como nos ensinou Nego Bispo dos Santos (2023) uma confluência de saberes. Essa ideia-força, energia que movimenta organizações e resistências (Nascimento, 2019) fez materializar os quilombos, as fugas, os respiros pelos tranes dos candomblés, catimbós, rodas de coco e de samba, energia que não deixou de existir todo movimento negro que celebra, luta e re-existe costura e aumenta o tecido do quilombismo.

Nessa mesma confluência de saberes chego aos textos de Bona (2019; 2020) que nos traz a ideia da marronagem como sendo essa ideia-força que fez surgir os quilombos (Brasil), os palenques (Colômbia), marrons (na Jamaica), essa energia é viva e faz vibrar

muitos modos negros de existir e produzir conhecimento, como o exemplo o autor traz a importância do quilombamento Aparenta Luzia criado pela deputada e ativista Erika Malunginho.

São dessas fontes que bebemos para nos afirmamos enquanto um quilombamento dentro da universidade, como nos inspira a definição do Aparenta Luzia “Quilombo Urbano – Associação Preta Política Artística Gentista destruidora das razões”, buscamos nos desvencilhar dos aparatos universalizadores das universidades, habitando a universidade.

Nossa proposta caminhou como um espaço para discutir a permanência e também na criação de espaços de cuidado, seja pelas escolhas dos textos e debates que fazíamos semanalmente como também as alianças e oficinas que foram sendo realizadas durante o percurso.

Não dá para falar do Projeto Quilombando Cuidados sem falar do movimento estudantil PsicoRacializada, que já existia no *campus* e continua em atividade, que é um grupo de estudos que surgiu em 2021 composto por discentes de psicologia que buscavam referências epistêmicas que dialogassem com a realidade da negritude. Nossas articulações favoreceram nossas oficinas de cuidado e a construção de alguns eventos em parceria.

Esse movimento me fez lembrar muito meu processo formativo, quando, para confluir com leituras negras, necessitava, na maior parte do tempo, buscar os ambientes extraclasse para me formar. Uma vez, um amigo negro, professor universitário, me perguntou como eu estava sobrevivendo ao doutorado, rimos e essa foi a única resposta que saiu na hora. Hoje, escrevendo a tese afirmo, que são os quilombamentos que me sustentam.

Com o início do Projeto, as encruzilhadas desviaram minhas rotas, o caminho ficou mais bonito de percorrer, ficar com o problema de maneira quilombada nos faz traçar linhas de fuga que só fazem sentido no coletivo.

3 PROJETO AQUILOMBANDO CUIDADOS: EQUIDADE E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS DA UNESP-ASSIS

Figura 1 - Logo do Projeto Aquilombando Cuidados



Fonte: Projeto Aquilombando Cuidados

A ocupação e permanência de pessoas pretas, pardas e indígenas em espaços educacionais é permeada por dificuldades das mais diversas: históricas, sociais, econômicas, culturais entre outros fatores. Quando se trata do ensino superior, essa lacuna fica ainda mais evidente, universidades com quase nenhum corpo negro ou indígena, os quais não refletem os 56,1% de autodeclarados negros da população brasileira.

Como medida de reparação histórica, mediante às demandas do movimento negro, foi instituída em agosto de 2012 a Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711) que prevê a reserva de, no mínimo, 50% das vagas disponibilizadas pelas instituições federais de educação superior para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, onde parte dessa porcentagem será preenchida por autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva dos mesmos na população da unidade da Federação onde se encontra a instituição, seguindo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, mesmo após 10 anos, são escassos os dados sobre a quantidade e situação dessa parcela dos alunos ingressantes nas universidades públicas antes e após a implementação do sistema de cotas, o que dificulta mais ainda na hora de acompanhar a evolução do caso e os efeitos dessa medida.

A partir disso, o Aquilombando Cuidados² se construiu nesse contexto da necessidade de pensar caminhos para lidar com as questões de permanência e desigualdade vividas pelos estudantes Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) que, como reflexo do racismo ainda presente na sociedade contemporânea, permeiam o ambiente universitário, em específico no *campus* da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Assis (SP). Assim, o projeto busca atender a essa parcela da população a fim de acolher suas demandas, discuti-las por meio da escuta ativa e da análise de textos sobre a temática étnico-racial para encontrar estratégias de acolhimentos e espaços de resistência.

Para isso, nos baseamos em três dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abordados pela Organização das Nações Unidas (ONU): Saúde e bem-estar, Educação de qualidade e Redução das desigualdades. Visando contribuir para a resolução dessas questões, organizamos oficinas de cuidados, espaços onde esses estudantes tenham o incentivo de se encontrar, sentir segurança em trazer suas demandas, ter a possibilidade de trocar experiências, não só com pessoas do mesmo *campus*, mas também de forma interinstitucional e criar uma rede de acolhimento onde seus integrantes possam pensar a permanência e formas de existência de maneira coletiva. Observando o que foi exposto o presente artigo objetiva discutir a permanência dos estudantes PPI da Unesp-Assis a partir do relato de experiências dos integrantes do Projeto Aquilombando Cuidados alinhado ao debate racial realizado sobretudo por autoras e autores negros.

3.1 Direitos Humanos, acesso à educação e a luta antirracista

Antes de iniciarmos nossa discussão se faz necessário apontar que o presente artigo se caracteriza como um relato de experiência a partir de uma perspectiva qualitativa que questiona critérios de generalidade e neutralidade científica, por acreditarmos que todo conhecimento é um conhecimento situado que caracteriza um momento sócio-histórico.

O conjunto dessas análises afiança o Relato de Experiência como uma importante narrativa científica afinada à condição pós-moderna. Trata-

2 O Aquilombando Cuidados é um projeto que visa discutir a equidade e permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas da UNESP-Assis integrado por alunos da graduação, pelo Prof. Ms. Raul Santos Brito, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade nessa universidade, coordenado pela Profa. Dra. Dolores Galindo, numa articulação entre UNESP e UFRB, com recursos obtidos pela Coordenadoria de Ações Afirmativas da UNESP.

se de uma narrativa que, através da linguagem, performatiza a experiência de singularização, atestada em um dinamismo descentrado da razão, e apta a suportar paradoxos. O RE está compreendido como um trabalho de linguagem, uma construção que não objetiva propor a última palavra, mas que tem caráter de síntese provisória, aberta à análise e à permanente produção de saberes novos e transversais. Configura-se como narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico (Daltro; Faria, 2019, p. 235).

Adotada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a instrução como direito fundamental, ao passo que a educação superior deverá ser acessível a todos, segundo o art. 26 item 1. Ao implementar os Direitos Humanos na Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã, o Estado brasileiro se compromete a criar políticas públicas para proteção e defesa dos direitos, ampliando o número de temas ligados a suas preocupações, dentre elas o aumento de pessoas negras e indígenas no acesso ao ensino superior brasileiro.

Desde a década de 80, o Estado Brasileiro, por meio da Secretaria dos Direitos Humanos em conjunto com o Ministério da Educação, promove atividades e eventos que abordam sobre a educação em direitos humanos para formação de educadores que sejam capazes de articular as diferenças sociais entre seus educandos. Embora na legislação, o Estado se comprometa a garantir educação gratuita, ela somente é obrigatória a nível fundamental, não contemplando todos os níveis da educação básica que contam com o nível infantil, fundamental e médio. Somente com a universalização do ensino por meio da gratuidade e obrigatoriedade podem assegurar que a educação básica de qualidade seja mais que um direito escrito no papel (Dias, 2007).

Após anos de pressão, o movimento negro conquistou ações afirmativas oferecidas pelo governo, como a chamada Lei de Cotas, sancionada em agosto de 2012. A partir daí, o número de estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) começou a crescer (mesmo que por vezes de forma incipiente). Segundo Marques (2018), a adoção de políticas públicas pode ter impulsionado discussões sobre racismo e discriminação racial, além de incentivar reflexões sobre pertencimento étnico-racial, o autor também ressalta que essas ações não se restringem a reserva de vagas, como também

[...] são políticas públicas ou privadas, compulsórias ou não, que têm por objetivo último erradicar da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais, historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social sejam baixos ou mesmo inexistentes (Marques, 2018, p. 4).

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), em artigo exposto em seu site, se intitula como pioneira na implantação de ações afirmativas para reserva de vagas, entre as três universidades estaduais paulistas. Aprovou em agosto de 2013, cerca de um ano após a Lei de Cotas ser sancionada, a Resolução 43, em que 15% das vagas são destinadas a alunos oriundos de ensinos públicos, dentro dessa porcentagem também é garantido cerca de 35% das vagas para alunos pretos, pardos e indígenas. A resolução também prevê a ampliação gradual nos anos seguintes até atingir 50% dos egressos. Segundo dados do Censo Sobre as Diversidades realizado pela Unesp em 2021, cerca de 74% dos alunos são brancos, demonstrando que, apesar da adesão às políticas afirmativas, o número de alunos negros e indígenas ainda não reflete a realidade da população brasileira, em que representam 56% da população (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho [UNESP], 2021).

A população negra se vê em meio a dificuldades desde o momento do ingresso na universidade, uma vez que não possuem acesso à educação básica de qualidade o que dificulta o êxito nos processos seletivos para ingresso nas universidades, refletindo na permanência dentro de cursos de graduação e pós-graduação (e outras atividades no que tange à pesquisa e extensão) no meio acadêmico. Permanecer na universidade pública vai além de garantir um diploma de graduação, para estudantes negros e indígenas significa também a mudança de trajetória, dado que para a maioria dessas populações discriminadas o meio acadêmico não passou de um sonho distante. Um jovem negro permanecer na universidade também é de grande significância para a sua comunidade, uma vez que ele se torna referência para outros jovens que vivenciam a mesma realidade (Santos, 2009).

Diante da escassez de alunos PPI quando em proporção com os alunos não cotistas na Instituição UNESP, faz-se necessário afirmar a necessidade de políticas afirmativas dentro de universidades, tal como o projeto Aquilombando cuidados. Por meio de projetos como este é possível fomentar debates sobre o racismo estrutural, fato social determinante da falta de acesso desses corpos dentro das universidades públicas.

Em um de nossos encontros internos, foi contemplada e discutida a obra “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro. Em diversos pontos do livro é possível relacionar ideias que se fazem como paradigma para o nosso projeto. Portanto, seguindo pela perspectiva histórica de que o racismo é um problema estrutural, não um fato

individualizado, será abordado neste tópico pontos essenciais da obra para uma melhor compreensão sobre o projeto Aquilombando Cuidados (Ribeiro, 2019).

Considerando o contexto histórico do Brasil, fica evidente que o racismo está permeado na sociedade como um todo, portanto, em nosso cotidiano. Por quase quatrocentos anos se cultivou em nosso país o apagamento de todas as formas de expressão de pessoas negras e indígenas, culminando em feridas que hoje não se curam com gaze. As ações afirmativas são uma forma de, ao menos, fazer parar a hemorragia das feridas, a qual uma delas se conceitua como epistemicídio. Por isso, se faz necessário lugares dentro da universidade em que corpos racializados possam se expressar, para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder, do ponto de vista da branquitude (Ribeiro, 2019).

O racismo como não-dito, manifestado nas entrelinhas dos discursos, é inerente ao Brasil. Para a superação deste aspecto transgeracional presente na subjetividade dos indivíduos, é preciso simbolizar o não-dito para que este não gere sofrimento. Nossas rodas de conversas assumem este aspecto de simbolização, visto que verbalizar as situações de racismo vivenciadas por corpos negros, pardos e indígenas durante a trajetória acadêmica é simbolizar o que muitas vezes se encontrou latente. É, também, trabalhar o sentimento de culpa que sujeitos minorizados sofrem pelo atravessamento do racismo na subjetividade, que por muitas vezes culmina na negação de seu próprio corpo (Fanon, 2008). É não ter medo de marcar e nomear o sofrimento: racismo, racista!! (Ribeiro, 2019).

A universidade é um lugar de conhecimento, e saber é poder (Foucault, 1989). Pessoas racializadas em espaço de poder são vistos como quem tem menos, são marginalizados. O projeto Aquilombando Cuidados visa montar uma barricada como forma de resistência contra a força vetorial oposta da marginalização (Mombaça, 2021). Vale ressaltar que, apesar de o projeto focar em pessoas PPI, em nossas discussões aceitamos a presença de todos os corpos, inclusive corpos brancos, pois o racismo foi construído pela branquitude. Cabe à branquitude se responsabilizar e questionar sobre a falta de pessoas pretas em certos espaços ou a sua presença excessiva em lugares inferiorizados. É essencial a discussão sobre o racismo e o papel da branquitude, a fim de desnaturalizar o olhar social sobre as questões étnico-raciais (Ribeiro, 2019).

A negação de conhecimento a pessoas racializadas, é despojar-lhes da condição de sujeito. As ações afirmativas estão mudando a perspectiva da população sobre a política de cotas. Este ano, a pesquisa do Datafolha (2022) totaliza 50% das pessoas que

são a favor da política de cotas. Ou seja, estatisticamente, mais da metade da população é a favor da política. Isso se dá, principalmente, pelo desempenho positivo de pessoas cotistas em relação a não cotistas, que mostram desempenho similar ou superior aos últimos (Ribeiro, 2019).

Considerando o exposto, o Aquilombando Cuidados se mostra como um projeto de visibilidade e importância a corpos oprimidos. Que, por meio do projeto, gritam por ter pedras em gargantas secas, por tanto se esforçarem para se fazerem ouvidos. Que nos ouçam, porque para combater o opressor é preciso entender a condição do oprimido para encontrar as estratégias de enfrentamento.

3.2 Desafios da permanência de estudantes PPI no ensino superior da UNESP

A lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como lei de cotas, garante a reserva de 50% das matrículas em universidades públicas a alunos oriundos de ensino público e as cotas raciais e de pessoas com deficiência são reservadas dentro desse percentual, conforme a proporção de negros, indígenas e PCDs do estado onde a universidade está localizada. Depois de quase 10 anos que a lei das cotas foi sancionada, apesar de ainda não ser um número suficiente, é possível perceber que esses sujeitos estão ocupando esse espaço. Gerando assim, novas discussões, evidenciando que apenas o acesso não garante a permanência desses estudantes no espaço universitário, mais do que a entrada, espera-se que esses estudantes tenham condições de evitar a evasão e concluir a graduação.

O sonho da universidade pública se choca com as dificuldades de se manter nessa ambiência que não foi pensada para englobar esses corpos, essas existências. A permanência de estudantes cotistas se depara, tanto com dificuldades financeiras e de precariedade material, bem como o racismo estrutural e o epistemicídio. A questão financeira é um fator essencial quando se fala sobre permanência, embora exista políticas de auxílio a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, elas não suprem as demandas desses discentes.

As moradias estudantis não abrangem todos os estudantes que possuem o direito de ocuparem esse espaço. De acordo com o estudo analítico sobre as moradias estudantis da Unesp, realizado pela Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), das 24 cidades espalhadas pelo estado de São de Paulo onde há *campus* da Unesp, apenas 13 possuem moradias estudantis. Sendo que as existências delas, não necessariamente, contemplam

todos os discentes, muitos residem nas moradias de maneira irregular. Um claro exemplo, é a Unesp de Bauru, que dispõe apenas de 32 vagas na moradia, tendo cerca de mais de 7 mil alunos (UNESP, 2021).

Além da situação da falta, as poucas moradias que existem sofrem de sérios problemas de estrutura, precarização e sucateamento. De acordo com o mesmo estudo, das 13 moradias, em 2019/2020 todas precisavam e ainda precisam, e solicitaram algum tipo de reforma, bem como parte hidráulica, elétrica, entre outros. Também nesse cenário, 6 moradias não possuem estruturas de acessibilidade para pessoas com deficiências. De acordo com o EDITAL N° 001/2021- PROPEG/COPE/CTINF, parte das reformas solicitadas serão realizadas, mas é válido ressaltar que muitas das moradias não tiveram nenhuma reforma durante anos, inclusive, a moradia de São José do Rio Preto que solicitou uma reforma geral, pois nunca teve uma reforma desde sua inauguração, apenas pequenos reparos.

Ademais, além das instabilidades em relação a moradia, ainda experienciam uma insegurança alimentar devido ao novo sistema de compra de refeições implementado em vários *campi* da Unesp. De acordo com o comunicado N° 001/2009 – DTAd/AG, a compra das refeições nos restaurantes universitários deverá ser realizada de maneira sistematizada e online. Com o argumento de promover uma modernização do sistema de compra das refeições, deixou muitos dos estudantes de permanência com fome, sem saber se terá o que comer, justamente porque, muitas das moradias possuem problemas em relação à internet, e o número de refeições não supre a demanda dos discentes em vários *campi*. Diante disso, essa instabilidade econômica, esse não saber se terá um espaço para viver, se terá o que comer, é um dos desafios enfrentados cotidianamente pelos estudantes cotistas, por estudantes pretos, pardos e indígenas.

Para além das questões econômicas, há outros elementos que dificultam a permanência desses sujeitos. Justamente porque a universidade foi projetada enquanto um espaço branco e elitista, os ideais coloniais perpassam todas as narrativas presentes nessa lógica. Partindo disso, é possível pensar os problemas em relação a permanência devido às questões simbólicas, toda a narrativa acadêmica favorece um sentimento de não pertencimento a esse espaço para esses indivíduos, ser o único ou um dos poucos sujeitos negros na sala de aula. Estudar, exclusivamente, autores brancos e europeus, ter professores majoritariamente brancos e que atuam dentro de uma estrutura racista, são elementos que fortalecem a ideia de que estudantes cotistas não pertencem ao espaço universitário. Sendo, uma das grandes problemáticas em relação a permanência, como

permanecer em um espaço que não fala sobre minhas questões, não fala sobre os meus, que me diz constantemente que eu não pertenço?

3.3 Possibilidades de quilombamento: narrativas autorreferenciadas

A partir do que foi discutido até o momento cabe apontarmos a possibilidade de quilombamento em um espaço majoritariamente branco que são as universidades, como movimento não apenas de resistência para se manter nesse lugar, mas também como possibilidade de pautar nossas epistemologias enquanto sujeitos racializados.

Se o quilombo não é uma ideia localizada no passado, mas sim um espaço de agregação que se reconfigurou diversas vezes na história da diáspora afro-brasileira, constituindo-se a partir do assentamento de comunidades negras e fortemente ligado aos aspectos territoriais, pedimos licença para desdobrar a enunciação feita por Beatriz Nascimento e desembocar na ideia de “quilombamento” enquanto dispositivo derivado da instituição quilombo, porém destituído do seu caráter territorial, no intuito de demonstrar a continuidade do ato de quilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade (Souto, 2020, p. 141).

Nesse sentido, quilombar-se é um agenciamento político que reivindica narrativas acadêmicas autorreferenciadas, que quebrem com o engessamento colonial/racista que alicerçam a academia.

Como é sabido historicamente os sujeitos racializados são excluídos do lugar da academia, essa por sua vez produz epistemologias que não dialogam com esses sujeitos além de muitas vezes contribuir para o epistemicídio dos conhecimentos subalternos.

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferioridade intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor do conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (Carneiro, 2005, p. 97).

Nesse sentido, agregar um projeto de estudantes (graduação e pós-graduação) pensando a permanência de sujeitos negros e indígenas no espaço acadêmico funciona como resposta a essas produções de violência, mas para além disso nos agrega e nos faz tencionar a permanência a partir de nossa experiência acadêmica e com referenciais que dialoguem com nossos modos de ser e existir nesses espaços.

A partir dessas discussões, o debate sobre o acesso de pretos, pardos e indígenas na academia se amplia, mostrando que as cotas respondem a uma parte do problema, aqui chegamos ao ponto de não pensar apenas o acesso desses sujeitos às universidades, mas sua permanência nesse ambiente.

A discussão das cotas logo suscitou o debate sobre o caráter excessivamente eurocêntrico das nossas universidades e da sua mentalidade colonizada de origem. Esse segundo debate surgiu, portanto, através de um questionamento intelectual e político: não seria de modo algum satisfatório implementar ações afirmativas para jovens negros e indígenas sem, paralelamente, mudar o currículo colonizado, racista e branqueado que vem se repetindo cronicamente em todas as nossas instituições de ensino superior (Carvalho, 2019 p. 80).

Mover-se contra o currículo colonizado das universidades a partir da perspectiva de sujeitos racializados se faz necessário diante da realidade apresentada, isso ficou evidente em nosso primeiro encontro aberto realizado em junho de 2022. Na oportunidade pudemos falar de nossa história pessoal que acabavam se atravessando nos temas como epistemicídio, dificuldades econômicas em se manter no curso e as dificuldades encontradas para acessar esse ambiente.

Na busca de conhecer outras narrativas para além do sofrimento e dificuldades enfrentadas em acessar e se manter no espaço acadêmico é possível observar a não passividade dos sujeitos subalternizados. No encontro foi possível notar também os aquilombamentos realizados por esses sujeitos não se restringindo ao Aquilombando Cuidados, a totalidade dos participantes do nosso primeiro encontro compõem o PsicoRacializada³, que é um movimento de alunos de Psicologia que visam debater essa ciência a partir de referenciais racialmente localizados.

3 É um grupo de estudo de Psicologia e questões raciais da Unesp de Assis, que surgiu em 2021, composto por alunos do curso de Psicologia que não se enxergavam nele e que sentiram a necessidade de pensar uma Psicologia que olhasse a negritude, que fosse preta. Numa tentativa de subverter o epistemicídio tão presente no meio acadêmico, o grupo surge para valorizar os nossos, com encontros onde conhecem, estudam e nos aprofundam em grandes estudiosos que pensam essa ciência a partir do olhar racializado, como Neusa Sousa Santos, Fanon, Grada Kilomba, Deivis Faustino, Lélia Gonzalez e muitos outros.

Nesse sentido afirmamos a necessidade de espectrografar as dificuldades encontradas pelos estudantes PPI, e ampliar essas narrativas para a compreensão de nossas epistemologias; processos organizativos e amplitude de (des) construção dos campos de saber majoritariamente ocupados por narrativas universalizantes, que historicamente vem buscando apagar nossas histórias.

3.4 Por uma ética do cuidado racializada

Nos traçados escritos até aqui é notória as violações que atravessam os sujeitos racializados, como forma de não duplicar os gestos de violência ou transformá-los em espetacularização, reivindicamos uma ética do cuidado. Ao fazer isso, precisamos pautar que esse gesto é algo ancestral e não está preso aos ditames temporais da colonialidade, é força motriz da resistência e inventividade da negritude.

O desastre e a escrita do desastre nunca estão presentes, sempre são o presente. Nessa obra, quero pensar “o vestígio” como um problema do/para o pensamento. Quero pensar o cuidado como um problema para o pensamento. Quero pensar o cuidado no vestígio como um problema para o pensamento e da/para a (não) existência Negra no mundo. Dito de outra forma, *No vestígio: Negritude e existência* é um trabalho que reitera e performa que o pensamento precisa de cuidado (“todo pensamento é pensamento negro”) e que o pensamento e o cuidado precisam ficar no vestígio (Sharpe, 2023 p. 18-19).

Ou como Jota Mombaça escreve em “O mundo é o meu trauma”:

Primeira nota. Preciso não escrever um manual de ética, mas rasgar todas as recomendações que me impedem de aderir à linguagem do meu desespero. Não é que este afeto rarefeito possa indicar a quem quer que seja a saída de algo, mas não é ao acaso que ele me toma e encontra em mim os buracos e flechas que atravessam minha carne, esta carne política feita de especulação e memória, de força e matéria (Mombaça, 2021 p. 27).

O que podemos correlacionar entre as autoras e a proposta de uma ética do cuidado aqui levantada é que, em primeiro lugar, as assimetrias, desigualdades e violências dispostas no mundo não podem ser interpretadas como falhas na matriz colonial, elas são inequivocamente seus produtos e sua produtora.

Dessa forma, a constituição de uma ética do cuidado se estabelece para além da violência que precede e excede a nós negros: “E, ao passo que o vestígio produz morte e trauma Negros – “a violência [...] precede e excede os Negros” – nós, povo preto, em

todo e qualquer lugar que estejamos, ainda produzimos no, para o e através do vestígio uma insistência na existência: ecoamos vida negra no vestígio” (Sharpe, 2023 p.29).

É necessário pontuar o que a autora, Sharpe (2023), define por vestígio, são os desdobramentos ainda não resolvidos da escravização, e como consciência Negra da nossa existência nesse problema persistente precisamos ficar com o problema, não buscar um recentramento ontológico, nós negros não queremos um pertencimento a humanidade desenhada pela colonialidade.

Vivendo, como argumentei que vivemos, no vestígio da escravização, em espaços onde não esperavam que sobrevivêssemos, nos quais somos punidas por sobreviver e por ousar reivindicar ou abrir espaços para algo como a liberdade, ainda reimaginamos e transformamos espaços para uma ética do cuidado (leia-se reparo, manutenção, atenção), assim como para sua prática, uma ética de ver e de *existir* no vestígio como consciência; como uma forma de lembrar e observar que começou com a Porta do Não Retorno e continuou no porão do navio e na costa. Como alguém que sobreviveu ao navio contemporâneo e ao porão diz: “Não podíamos colocá-lo no meio do barco, porque o barco tinha sido danificado e a água estava entrando. Se o deixássemos daquele jeito, ele tinha ido, *splash*. Então, tomamos muito cuidado com ele. Gosto de coisas assim – quando as pessoas se importam. É tudo o que nós temos” (Sharpe, 2023 p. 234).

Estar em um ambiente acadêmico, historicamente desenhado como o lugar da branquitude exige de nós, sujeitos racializados o cuidado como risco compartilhado, estar nesse lugar nos exige a postura ético-política de não se curvar diante dos epistemicídios violentamente repetidos e coreografados pelo poder hegemônico, o gesto de cuidado requer conhecer os passos dessa gramática da violência e não nos colocarmos desprotegidos diante dessas violências “e apesar de sermos constituídas através da/pela vulnerabilidade contínua à força opressora, não é apenas por essa força que nos reconhecemos e somos reconhecidas” (Sharpe, 2023 p. 239).

Vestígio

A Porta do Não Retorno,

O navio

O oceano,

Nossos gritos ecoam lá e aqui

Mas ninguém nos ouve

Não vou gritar
Apenas escrever
Sem esperanças de salvação
Não há remediação

A travessia continua a consumir os nossos
Mas a negritude fabula e exige justiça
Por cada lágrima
cada suor
E cada gota de sangue
Que não tem parado de se derramar

E como feitiço – feito isso – eu digo
Se não houver justiça
Não haverá vida

3.5 Considerações finais

Como vimos, as universidades mesmo após os avanços das políticas de cotas ainda estão estruturadas em um alicerce racista e epistemicida que dificulta, e muitas vezes impede, a permanência de sujeitos racializados nesses espaços.

Desse modo, se faz necessário um processo de articulação coletiva entre sujeitos racializados e seus aliados na reivindicação de um espaço universitário equânime, pois só garantir o acesso sem estruturar a permanência dos sujeitos PPI na academia demonstra o viés de violência epistêmica na qual está estruturada nossas instituições de ensino superior.

Na experiência do Projeto Aquilombando Cuidados é possível observar que os sujeitos racializados não respondem de forma passiva aos vieses epistemicidas do espaço acadêmico, criando modos de resistência, lutas e reivindicações por uma universidade epistemologicamente diversa e equânime em relação a permanência de sujeitos PPI na universidade.

4 ESPECTROGRAFIA DE FRONTEIRA: UM MÉTODO FURTIVO

*“O chá pra curar esta azia
Um bom chá pra curar esta azia
Todas as ciências de baixa tecnologia
Todas as cores escondidas nas nuvens da rotina” O RAPPA*

Figura 2 - Espectrografando caminhos entre UFAL e UNESP⁴



Fonte: Acervo do autor

Quais conhecimentos temos produzido para acessar as cores escondidas nas nuvens da rotina? A súplica do *Rappa* pelas ciências de baixa tecnologia pode nos auxiliar a camuflar alguns caminhos nesse sentido, entrelaçando isso aos escritos de Bona (2020) quando esse afirma “o espírito das dissidências negras sempre se manifestou por meio das dissonâncias rítmicas” (p. 10), também nos fará borrar alguns rastros na construção de um método furtivo de produção de saber.

⁴ Captura de tela de vídeo criado como parte de um exercício do Ateliê de Escrita proposto pela professora Dolores Galindo. Registro feito entre o intervalo de atividades presenciais como professor voluntário da UFAL – Palmeira dos Índios e as aulas remotas da UNESP. Há dois homens negros em uma moto, caminhos que se cruzam, câmera e espelho ampliam a imagem, o cruzamento das duas rompe com suas fronteiras.

Neste artigo, de natureza teórica, buscamos abordar a espectrografia de fronteira como método de pesquisa composicional que permite percorrer a escrita negra como estratégia furtiva de resistência. Para isto, dialogamos, sobretudo, com contribuições dos teóricos negros Denise Ferreira da Silva (2016) e Dénètem Bona (2019;2020). Para pensarmos a construção de um método espectrográfico, partimos da insuficiência de um modo de produção de conhecimento orientado ao logocentrismo, pondo o homem (branco) como o centro do saber/poder/ser que tem ao longo dos últimos cinco séculos justificado as diversas predações aos seres vivos (humanos e não humanos) e, que para a população negra, se expressa na forma de violência racial.

A base de sustentação do sistema-mundo colonial, como observa Quijano (2005), se funda com o processo de escravização e subjugação de sujeitos racializados, sendo retroalimentado por seus dispositivos de poder que continuam a operacionalizar a violência racial que é determinante para sua materialização. Uma autora que nos faz observar esse fenômeno de maneira crítica é Denise Ferreira da Silva (2016) com as suas reflexões sobre o evento racial e como os dispositivos de violência moderno-coloniais alimentam o pensamento ocidental em que “a violência racial é uma condição *sine qua non* para o capital global” (p. 407).

Para Silva (2020) o evento racial é aquele que é marcado pela violência racial, ou seja, o processo de colonialidade ainda vigente é subjacente a esse conceito. Por violência racial, seguindo os escritos da autora, compreende-se todo trabalho do mecanismo ético e jurídico do capital global, que conseqüentemente toma forma da violência simbólica (nos padrões da representação, termos e lógica) e violência total (a colonialidade do poder, a expropriação da terra, trabalho e vida).

Em contraponto a uma lógica moderno-colonial, o pensamento composicional convoca a formas outras de configurar epistemologias que criam linhas de fuga e instauram a releituras de arquivos marcados por uma história negra necessariamente lacunar em decorrência dos processos de escravização (Silva, 2016). Eventos díspares no tempo, como a revista de corpos negros objetificados como mercadorias num navio negreiro, podem, a partir do pensamento composicional, dialogar com uma revista policial realizada contra corpos negros na atualidade. O pensamento composicional é de natureza topográfica, assim como a espectrografia de fronteira, proposta por Dénètem Bona (2020) e ambos possibilitam acessar outros modos de ser/existir.

4.1 Método composicional: a poética de ler o mundo sem o tempo⁵

O pensamento composicional, segundo Silva (2016), busca localizar um padrão que se repete em diferentes escalas, dito de outra maneira a autora nos faz pensar o evento racial como uma composição do sistema mundo-capitalista, que não será superado enquanto não forem superadas suas matrizes de poder, incluindo suas bases epistêmicas, tomemos como exemplo os avanços da pauta racial no Brasil nos últimos anos, mesmo parecendo que havíamos progredido em algumas questões em um curto espaço de tempo voltamos a vivenciar acontecimentos que já ousávamos pensar estar em processo de superação, o sistema (capitalista) está muito bem articulado com suas matrizes de sustentação e uma delas é o evento racial, que só será superado com outras formas de concebermos o mundo.

De acordo com Denise Ferreira da Silva (2016), para compreendermos o evento racial precisamos nos deslocar epistemologicamente do pensamento moderno, pois são nesses alicerces que se constituem e se mantêm os sistemas de dominação do capital global no qual a violência racial é determinante para reprodução desse sistema. Nesse sentido a autora nos desloca para pensarmos esse evento a partir de outras perspectivas que não o tempo, pois esse é uma captura do sistema moderno que nos faz pensar os acontecimentos do mundo como uma sequência, a autora ainda aponta que essa matriz de pensamento surgiu na Europa em consonância com o surgimento do capital.

Nesse sentido, Silva (2016) afirma ao se deslocar desse pensamento temporal, que impõe e precisa da noção de separabilidade “passo a ler os ‘tempos de outrora’ e o ‘lá longe’ como constitutivos daquilo que está acontecendo aqui e agora e daquilo que está para acontecer” (p. 408), nessa perspectiva a autora defende a partir do que ela chama de materialismo rudimentar que os elementos de qualquer episódio de violência racial como matéria prima para o pensamento, nisso ela nos convida a “ler o que acontece” como uma composição (decomposição e recomposição) “sempre como já um momento, que é uma composição singular, daquilo que também constitui ‘o que aconteceu e o que ainda está para acontecer’”(p. 409).

Silva (2016) compreende todo episódio de violência racial como uma matéria-prima para o pensamento, ela nos questiona imaginar o que acontece sem o tempo, nesse

5 A expressão “sem o tempo” é uma crítica a definição do tempo euclidiano. Tomamos como referência a crítica aos determinismos de sequencialidade do tempo capitalista, apresentadas por Denise Ferreira da Silva (2016) em O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo.

sentido o evento racial deixa de ser lido como uma conexão causal (linear) e passamos a busca de identificar um padrão que se repete em diferentes escalas, o que a autora define como pensamento composicional, ou seja, saímos de uma compreensão sequência/separação para uma dimensão quântica, e por isso poética, que desorganiza a linearidade do progresso.

Como proposta metodológica Bona (2020) nos apresenta a espectrografia de fronteira a partir dos movimentos de fuga dos escravizados e como esse procedimento se atualiza hoje como um processo de insubmissão ao modo predatório do capital global que mantém inalterados seus pilares de sustentação.

4.2 Sobre espectrografia de fronteira: uma matriz de formas de vidas inauditas

A leitura dos textos de Bona (2019; 2020) nos desloca para os movimentos de escravizados fugitivos, quilombos e mocambos no Brasil, *Maroons Communities*, na Jamaica e na Flórida, *Palenques* e *Cumbes*, na América hispânica e *Campus*, na Guiana e no Suriname, como uma forma de resistência perceptível em vários lugares, vários tempos inclusive no porvir, entendendo e nomeando esses movimentos, de contraponto às máquinas de captura, de marronagem, que nos ajuda a perceber como esses processos incidem hoje e como podemos articular fraturas no monopólio (monocultura) da realidade produzidos pela colonialidade.

(...) Para além de suas diferenças, essas comunidades “florestadas” compartilham uma mesma arte da fuga: o refugio na floresta constitui de fato a matriz de suas culturas. Seja qual for o sujeito (escravos, refugiados, vagabundos, desertores, etc.), a fuga se compõe sempre em contraponto às máquinas de captura (BONA, 2019 p. 3)

Bona (2019) trabalha a ideia de fuga como um contraponto às capturas do sistema hegemônico, dessa forma devemos eliminar de nós a perspectiva de entender a fuga pelo ângulo da derrota justamente por que essa leitura é uma captura da matriz de pensamento capitalista que não cessam de tentar nos capturar com suas narrativas dos vencedores e de uma eterna conquista.

Desse modo, a marronagem sempre incidiu uma ruptura do *continuum* temporal, possibilitando modos de organizações outros, que sempre colocaram em xeque a mentalidade colonial/colonizante.

Assim, no espaço de uma fuga, nas dobras e dobraduras dos bosques úmidos e densos, surgem e se desdobram contraculturas *maroons*; culturas cuja organização e valores se opõem diametralmente àquelas das sociedades escravagistas. Mas, se a *maroonagem* traça a linha de fuga do espaço colonial, ela igualmente gera, no mesmo movimento criador, espacialidades inauditas: espaços de vida de vilas furtivas, espaços canais dos corpos sacrificados, espaço-tempo místico das danças e rituais, espaços plásticos dos objetos produzidos (remos, cabaças, casas sob palafitas, etc) (Bona, 2019, p. 5).

Nas palavras do autor, fugir é fazer vazar o real e operar variações infinitas para frear toda captura, fazendo surgir no refúgio outras epistemologias a partir da multiplicidade de experiências sociais da ocupação desses lugares de fronteira e de subversão da ordem dominante, “é por que a maroonagem aparece plenamente aí como matriz de formas de vidas inauditas” (Bona, 2020, p. 16)

Cabe apontarmos aqui que Bona (2020) compreende fuga e a marronagem como um sistema complexo e amplo como linhas de fuga que já se expressavam desde a captura, como os suicídios, infanticídios, envenenamentos e todas as dissidências que emanava do próprio corpo, um corpo-memória que em sua relação com o sagrado fazia um fora dentro do próprio sistema escravagista.

A marronagem – o fenômeno geral da fuga de escravos – pode ser ocasional ou definitiva, individual ou coletiva, discreta ou violenta; pode alimentar formas de banditismo (caubóis negros do Faroeste, cangaceiros do Brasil, piratas negros do Caribe, etc.) ou acelerar uma revolução (Haiti e Cuba); pode lançar mão do anonimato das cidades ou da sombra das florestas. Inútil então procurar uma definição precisa, pois profundamente polifônica, a noção de marronagem remete a uma multiplicidade de experiências sociais e políticas, que se espriam por cerca de quatro séculos, em territórios tão vastos e variados como os das Américas ou dos arquipélagos do oceano Índico (Bona, 2020, p. 16).

Bona (2019) é enfático ao estabelecer que essas culturas emergem do refúgio/encontro/habitar as fronteiras, contrapondo a qualquer tipo de homogeneização identitária prévia, pois confluíram nesses movimentos sujeitos diversos culturalmente vindos de toda a África, além dos outros sujeitos coloniais que integravam essas dissidências, como resgata o autor ao citar Benjamin Péret “eles têm no máximo uma aspiração em comum: a liberdade” (p. 11).

A secessão marron faz justamente um fora dentro do sistema escravagista, e por isso produz uma fronteira, que só se mantém pelo próprio apagamento, ou seja, a camuflagem aparece como um sistema de manutenção dessas comunidades “usando

subterfúgios, o construtor de fugas se produz como um simulacro, se faz trãnsfuga” (Bona, 2020, p.48)

O essencial para o autor nesse movimento de marronagem é compreender que suas memórias continuam a irrigar as lutas contemporâneas através das práticas culturais como a capoeira, maloya, cultos afrodiaspóricos, etc., “que, por reativarem a visão das vencidas e dos vencidos – sua versão da história, logo, da ‘realidade’ –, subvertem a ordem dominante” (Bona, 2020, p.16).

Em “Cosmopoéticas do refúgio”, Bona (2020) faz uma relação entre os processos de fuga da marronagem e a situação dos refugiados na nossa atual realidade que cada vez mais nega o direito de asilo em nome de uma ideia colonial de fronteira e identidade nacional. Aqui retomamos a ideia de composição de Silva (2016) para não fragmentarmos o entendimento desses processos a partir de uma sequencialidade/separabilidade, o que temos vivenciado hoje é um rearranjo do sistema-mundo capitalista, se não superarmos esse modo predatório da existência o controle e exploração desse sistema sempre irá produzir uma realidade de conquista e tentativas de dominação do outro até transpassar os limites do que nossa existência possa superar.

Para pensarmos no que estrutura um método espectrográfico precisamos compreender os modos de violência que o sistema vem ao longo do tempo usando para silenciar o corpo negro, nos escritos de Kilomba (2019) vemos essa relação ao se referir a máscara usada para punir a/o escravizada/o, nas situações de racismo a boca se torna o órgão da opressão por excelência, pois mostra o que o branco opressor precisa controlar e oprimir.

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse a boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “*Outra/o*”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (Kilomba, 2009, p. 41).

Esse sistema não cessou desde a época colonial em criar artifícios para inúmeras tentativas de dominação, então a marronagem encontra sua força/resistência em manter

suas estratégias em silêncio como um segredo, “mestres do subterfúgio, eles se esquivam, evadem, desaparecem em uma nuvem de artifícios: pistas falsas, iscas, estratagemas, truques de todos os tipos” (Bona, 2019, p.4)

A partir desses elementos, Bona (2020) nos propõe uma cosmopoética do refúgio como uma possibilidade para relação com o mundo que privilegia a escuta, para o autor cosmopoética é a forma primeira da ecologia que se produz pelo sentido e pela imaginação se distanciando de uma perspectiva ocidental que privilegia demasiado a teoria (um *continuum* “penso, logo existo”) e apreende nosso “ambiente” como um simples cenário que pode ser modificado à vontade como se estivéssemos em um jogo virtual. Sob uma cosmopoética da marronagem o autor nos desloca a imaginar linhas de fuga as *plantations* que não cessam de nos rodear como tentativas de captura que alimentam o sistema dominante.

Busca e produção de um fora da sociedade escravagista, a marronagem só pode ser reinventada, pois encarna a utopia em forma de refúgio, num mundo regido pela caça ao humano e pelo saque do vivente, do qual não saímos até hoje. A secessão marron remete então a uma cosmopoética: ela é produção de um mundo, criação de um fora com valor de refúgio e de utopia concreta para todos que ainda permanecem cativos (Bona, 2020, p. 46)

Aqui chegamos a um ponto muito importante na compreensão do método espectrográfico, ele pressupõe a uma ética, cosmopoética, que se encontra na ecologia (de sentidos). Por considerar os diversos modos de vida não humanos, essa perspectiva nos possibilita a imersão em um pluriverso ondulante, um ato resistência que nos permite a utopia concreta de uma permacultura epistêmica que faça borrar a ideia de centro que o sistema dominante produz de forma irrefreável a partir de sua monocultura.

Nesse ponto propomos uma compreensão da analítica espectrográfica aliada a perspectiva composicional, traçando possibilidades de um fazer furtivo e cosmopoético, um encontro entre a dimensão ondulante/quântica e a ampliação da escuta como um antídoto a zumbificação dos sujeitos pelas epistemologias logocêntricas dominantes.

4.3 Analítica espectrográfica e composicional: um fazer cosmopoético

Ao clamar por uma cosmopoética do refúgio Bona afirma não inventar nada, mas a partir de influências decoloniais e ecofeministas, sobretudo o apelo de Sony Labou Tansi, “a ‘reinventar tudo: os conceitos, as abordagens, os hábitos, os métodos, as

ferramentas, as noções, os espaços...’ a fim de conjurar o cosmocídio” (Bona, 2020, p. 13).

A partir desses pressupostos, compreendemos que a espectrografia é um método polifônico e furtivo, nesse sentido sua epistemologia é uma composição onda de saberes que habitam a fronteira.

Bona (2020) ao tratar da espectrografia usa a ficção para abordar as questões da fronteira nos apresentando uma fábula: *Heroic Land*, ele distingue essa escrita como algo entre um conto de antecipação e um debate filosófico, mesmo a escrita sendo futurista ele nos relata que é uma volta no tempo, mais uma vez nos destituindo da noção de sequencialidade e separabilidade da epistemologia hegemônica.

Outro ponto importante a se atentar na escrita ficcional de Bona (2020) é a posição temporal, o diálogo entre o homem sentado e o homem que corre se passa no primeiro dia do ano de 2025, não tão distante para que nós possamos nos localizar e criar uma situação de pertencimento à escrita.

Em diversos pontos do diálogo podemos relacionar as condições dos refugiados a dos sujeitos escravizados. Nesse ponto podemos entender que o sistema capitalista se fundou com a perspectiva geográfica de delimitação de fronteiras, que persiste e é reatualizada hoje, como surge na fala do homem que corre “a fronteira é muito mais um filtro do que um muro” (Bona, 2020, p. 66). Aqui nos deparamos com as máquinas de captura do sistema dominante, que seleciona inclusive os seus indesejados, sendo exigida a zumbificação desses últimos para ingressarem e permanecerem no sistema.

As tecnologias de captura do sistema dominante não cessam de se atualizarem, uma maneira apresentada por Bona (2020) de romper com essa lógica é habitar as fronteiras, como relata o homem que corre: “algo capaz de sabotar a ordem humanitária e policial da assistência controlada” (Bona, 2020, p. 68), aqui habita o espírito da marronagem.

Aqui, aliamos o pensamento de Bona ao pensamento composicional de Silva (2016) o padrão que se repete em diferentes escalas em consequência do modo de produzir e delimitar fronteiras do sistema dominante, nesse sentido a marronagem é um devir poesia que decompõe a lógica espaço-temporal moderna e (re)compõe, ao habitar as fronteiras, uma lógica outra que coloca em xeque as estruturas ditas universais, verdadeiras e desenvolvimentistas colonial.

Habitar as fronteiras é celebrar o encontro com a diferença a partir do subterfúgio da camuflagem:

A camuflagem – confundir-se com o entorno, meio ambiente de vida no qual evoluímos, até ali desaparecer – supõe uma ecologia dos sentidos: sentir o vento, o sol, a chuva, os elementos nos penetrarem por todos os poros e abraçar o ciclo de suas mutações. Perceber até devir imperceptível (Bona, 2020, p. 81).

Em sua espectrografia Bona (2020) nos mostra a floresta enquanto refúgio, mas essa floresta, segundo ele, deve ser compreendida menos como um meio ambiente e mais como um impulso indócil contra todo tipo humilhação e servidão, é aí onde habita a camuflagem e de onde parte o convite do autor para endossarmos a sombra estriada das folhagens.

O movimento de libertação operado pela marronagem deve ser tomado em sentido próprio: é antes de tudo uma libertação do movimento disparado por um corpo dançante – todo espaço de dança podendo ser esboço de um golpe. Uma natureza virgem é uma natureza desarmada. Trata-se então de rearmar os corpos e os territórios nos quais eles se inscrevem, reencantando-os pelos sortilégios de uma cosmopoética do refúgio (p. 81-82).

O marrom nunca se curva diante do dominador e se ele o faz é como estratégia para poder atacar em momento oportuno, é aí que se encontra a espectrografia como nos mostra hooks (2008) ao resgatar o poema de Adrienne Rich “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você” (p. 857), nossas armas de guerra são fundidas com o que nos está disponível, espectrografar é camuflar, borrar, fazer parecer o que não é, para poder existir e romper com a lógica dominante.

Observando o que foi exposto buscaremos traçar alguns caminhos que nos levem a pensar estratégias metodológicas para a espectrografia de fronteira. Como já foi pontuado esse método se estrutura sob uma cosmopoética, por essa perspectiva a ecologia dos sentidos tem uma importância na produção de conhecimento, sobretudo a dimensão da escuta, contrapondo a lógica mono/logocêntrica ocidental/moderna.

Traçar uma espectrografia de fronteira é compreender a potência dos encontros, das alianças que são forjadas e essenciais para os fluxos da marronagem. Assumir que o processo se faz no encontro e visa assumir uma pesquisa dos sentidos comprometida com a ampliação da escuta, isso não significa que não existam métodos, mas esses por serem furtivos emergem do contato, espectrografar é um trabalho de análise e imaginação “aquí nenhuma partitura é escrita de antemão” (Bona, 2020, p.12), a ênfase está nos sentidos das ressonâncias e das correspondências, uma quebra com a perspectiva hierárquica e

antropocêntrica do logocentrismo, espectrografar é estabelecer uma composição poesia com os elementos da vida sejam eles humanos ou não-humanos.

Na origem de toda espiritualidade e de toda especulação teórica, está a experiência poética: a apreensão do mundo como totalidade viva, a intuição de que todos os elementos que nos cercam, nos atravessam e nos compõem – o vegetal, o mineral, a água, o ar, as ondas magnéticas – se correspondem, se entrelaçam e formam um único e mesmo cosmos. (Bona, 2020, p. 10-11)

A espectrografia de fronteira nos convoca a endossar as sombras estriadas das folhagens, lida com as táticas de camuflagem do habitar as fronteiras, romper com as capturas do sistema dominante que tenta nos zumbificar, de romper com a monocultura epistêmica e metodológica, essa perspectiva se faz polifônica, por isso o compromisso com a dimensão da escuta. Nessa perspectiva de pesquisa os métodos são (re)criados/(co)criados as quais vão responder a necessidade dos encontros e da coletividade.

4.4 Escritas da margem, o que pode o corpo negro escrever?

Como apontamos ao longo do texto, as pessoas racializadas nunca aceitam de forma passiva o poder dominante, pois, muitas foram as estratégias de resistência, e nesse movimento, como diria Mombaça (2021) nos tornamos mais-do-que-aquilo-que-levaram.

Tais pistas, portanto, servem e não servem, assim como as críticas com que estão misturadas. É tudo experimento na borda das coisas, lá onde estamos prestes a dissolver as ficções de poder que nos matam e aprisionam; lá, aqui todas essas geografias onde fomos saqueadas, e nos tornamos mais-do-que-aquilo-que-levaram; onde fomos machucadas, e nos tornamos mais do que o efeito da dor; onde fomos aprisionadas, e nos tornamos mais do que o cativeiro; onde fomos brutalizadas, e nos tornamos mais do que a brutalidade. Lá, aqui, onde fomos assassinadas, e nos tornamos mais velhas que a morte, mais mortas que mortas, e nesse fundo – esse fora que não só não está fora como está dentro de tudo –, nesse cerne em que fomos colocadas, fecundamos a vida mais-do-que-viva, a vida emaranhada nas coisas. Ou, para ativar o presente que Cíntia Guedes me ofereceu e está registrado também aqui, como posfácio: “a vida infinita.” Não vão nos matar agora! (Mombaça, 2021 p.19)

Mombaça (2021) nos faz pensar a escrita como um processo de fuga, não como uma ideia de solução e/ou salvação, mas como um processo de encontro que nos faz pensar outros mundos, como ela mesma pontua, como um processo de barricada para

roubar tempo, “mas nós também estamos onde a mira não alcança, porque embora não haja exílio, há a fuga. A fuga para onde estas palavras rumam. A fuga onde a gente se encontra” (p. 16).

Nesse espaço de margem, onde ocorrem os fluxos da fuga, podemos como nos indica Kilomba (2019) fazer perguntas que desafiam a ordem colonial do centro “assim, a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (p. 68)

Esses pontos confluem diretamente com a ideia de cosmopoética abordada por Bona (2020) e nos convoca a resistência e a recusa aos modos de dominação que não param de consumir o mundo. Aqui a escrita funciona como impulso indócil de autores que nunca aceitaram as imposições do sistema colonizador dominante.

O ato ético-político de sujeitos negros e negras reivindicarem uma escrita de si enquanto sujeitos, nos faz pensar a margem e os processos de fuga como um lugar de possibilidades, como diz Emicida em uma de suas músicas “Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes é dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir” (2019), nesse movimento nos opomos e rompemos com a lógica moderna reivindicando o fim do mundo como o conhecemos.

Um profundo niilismo e a destruição nos invadiriam se considerássemos a margem apenas uma marca de ruína ou de ausência de fala, em vez de um lugar de possibilidades. Stuart Hall, por exemplo, diz que quando ele escreve, *escreve contra*. Escrever contra significa falar contra o silêncio e a marginalidade criados pelo racismo. Essa é uma metáfora que ilustra a luta das pessoas colonizadas para acessar a representação dentro de regimes *brancos* dominantes. Escreve-se contra no sentido de se opor. bell hooks, entretanto, argumenta que se opor ou ser “contra” não é suficiente. Como escrevi na Introdução, é preciso criar novos papéis fora dessa ordem colonial. Isto é o que Malcolm X chamou de “descolonização de nossas mentes e imaginações”: aprender a pensar e ver tudo com novos “novos olhos”, a fim de entrar na luta como *sujeitos* e não como *objetos* (Kilomba, 2019, p. 69, grifos da autora).

Assim, em um mundo estruturado para silenciar os corpos racializados o ato da escrita aparece como ruptura a essa lógica, como um grito de liberdade, um exercício de insubmissão e nesse percurso assumimos o compromisso de tirar a capa colonial, que em suas narrativas sempre encobrem as violências raciais.

Primeira Nota. Preciso não escrever um manual de ética, mas rasgar todas as recomendações que me impedem de aderir à linguagem do meu desespero. Não é que esse afeto rarefeito possa indicar a quem quer que

seja a saída de algo, mas não é ao acaso que ele me toma e encontra em mim os buracos e flechas que atravessam minha carne, esta carne política feita de especulação e memória, de força e matéria. Preciso não escrever sobre como atravessar um processo perante o qual me sinto perdida. Preciso não escrever sobre o que fazer quando estou paralisada. Se posso arrancar da paralisia e da confusão um outro modo de escrita, preciso escrever sem garantias de que escrever mostrará as saídas; escrever com o risco de mergulhar em espiral negativa e me afogar no ar seco da dúvida. Preciso não escrever, mas insisto e escrevo. Uma promessa e uma dívida: de mesmo em face do máximo despojamento, preservar com a própria vida esse risco (Mombaça, 2021, p. 27)

A escrita aparece em Mombaça (2021) mais como um compromisso ético-político de que como uma ideia de salvação ou saída, pois esse modo branco/moderno de operar a realidade não nos apresenta saídas nesse sentido, escrever opera como uma recusa em existir nesse mundo como se ele não estivesse quebrado.

Segunda Nota. Àquelas de nós cuja a existência social é matizada pelo terror, àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e nos recusamos a existir como se ele não estivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele (Mombaça, 2021, p. 27-28)

Esse debate sobre o processo de escrita feita por Mombaça (2021) é realizado no capítulo intitulado “O mundo é meu trauma”, esse ‘meu’ em toda a escrita aparece como um coletivo, pois o corpo de uma pessoa negra compartilha as feridas coloniais, somos coletivos, sempre em espalhamento. Nesta mesma perspectiva somos levados a pensar em um texto de 1988, escrito por Lélia Gonzalez, quando afirma que:

Quando falo de experiência, quero dizer de um processo de aprendizado difícil na busca de minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e me discrimina justamente por isso. Mas uma questão de ordem ético-política prevalece imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade (Gonzalez, 2020, p. 140).

Silva (2016); Kilomba (2019); Gonzalez (2020); Bona (2020) e Mombaça (2021) ao tratar das feridas coloniais nos mostram que toda dinâmica empregada desde o início

da modernidade continua a se atualizar no momento presente, as histórias se repetem, pois, esse sistema sobrevive na manutenção dessas estruturas.

Nossas feridas não são só nossas e tampouco são recentes, a todo momento a lógica moderna busca apagar, esconder e construir narrativas de conquistas e vitórias em cima de nossas dores, na contramão para nós escrever sobre nossas realidades é um ato de reparação coletiva.

Escrever é, nesse sentido, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente. A ideia de um enterro impróprio é idêntica a ideia de um episódio traumático que não pôde ser descarregado adequadamente e, portanto, hoje ainda existe vívida e instrutivamente em nossas mentes. Assim a atemporalidade, por um lado, descreve o passado coexistindo com o presente e, por outro lado, descreve como o presente coexiste com o passado. O racismo cotidiano nos coloca de volta em cenas de um passado colonial – colonizando-nos novamente (Kilomba, 2019, p. 223-224)

O ato contra hegemônico de realizar um enterro adequado aos nossos ancestrais não é uma tarefa simples, como apresentamos a todo momento temos que remar contra a maré das narrativas coloniais que a todo momento busca não só nos desqualificar, mas nos enterrar também, mas como foi dito por Mombaça (2021) não vão nos matar agora! (Re) existimos à revelia desse sistema e exigimos o fim deste mundo como o conhecemos.

Assim como descolonizar, é possível que em toda transição haja, mais ou menos implícita, a demanda por um fim de mundo, sem que isso signifique, senão como promessa, a garantia de um mundo a seguir. Articular essa dimensão negativa, propriamente abolicionista, de todo processo que precipita sobre e contra o mundo como nos foi dado conhecer, é parte do necessário trabalho de cuidado que esses processos ensejam. Cuidar, aqui, não tem uma função reparativa, pois designa, mais diretamente, um trabalho sobre o limite, para o limite, e contra qualquer ideia de cura como retorno e restituição de coesão ao corpo social. É possível que fazer transição, assim como descolonizar, demande uma forma de cuidado que seja solvente, isto é: que faça a mediação das coisas que deterioram, acompanhe a duração da ruína, adense a rachadura do horizonte e faça assentar em lava o mundo de sentidos, fórmulas, figuras e obras do poder que toda transição, assim como toda descolonização, demanda que queime (Mombaça, 2021 p. 60).

Em outras palavras Mombaça (2021) nos mostra que dentro desse nosso sistema moderno não há saídas ou remediações, a autora nos fala em criar formas continuadas de destruição, isso implica em pensar transição e descolonização em chave abolicionista,

como possibilidade em pensar questões “‘como desfazer o que me tornam e, ainda, ‘como desmontar o imperativo de ser’” (p. 61) num descolamento de recusa de toda captura operadas pela estrutura dominante da colonização.

E como nos aponta Bona (2020):

A marronagem, por tanto, é menos uma forma de conquista do que de subtração ao poder. As táticas furtivas são táticas de des-captura: a qualquer tentativa de captura, opõem o vazio. É essa potência corrosiva da marronagem diante dos aparelhos de captura e dos simulacros produzidos que chamo de fuga. E, por essa palavra, entendo uma forma de vida e resistência que, longe do frente-à-frente espetacular da revolta heroica, opera na sombra de uma retirada, uma dissolução continua de si. A fuga é ascese: arte paradoxal da derrota, um desfazer que se aplica tanto às instâncias de dominação quanto a sua reverberação no mais profundo de nós. Qual seria o sentido de uma vida marron hoje em dia? O de uma vida gazeteira sempre construindo fugas do amor ao poder e do seu devir-fascista que ele implica (p. 48-49).

Buscamos demarcar alguns efeitos consequências que o processo de colonização eurocêntrico produziu sobre corporalidades racializadas, demarcando genocídios indígenas e dos povos africanos, o que por sua vez, traz em conjunção epistemicídios que negam os saberes, valores, rituais, técnicas agrícolas e demais contribuições advindas das ancestralidades, impondo sistemas de conhecimentos e processos desejantes restritas ao modelo de colonização branca imperialista.

4.5 Camuflagens contínuas: rearmando corpos

Por se tratar de um método das resistências, e consequentemente insubmisso, as táticas produzidas por uma espectrografia de fronteira devem ser furtivas, negociadas nos contatos e que produzam não só na pesquisa, mas em nós o compromisso de insubmissão a todo tipo de captura orquestrado pelo sistema predatório no qual estamos inseridos.

As táticas furtivas são táticas de des-captura: a qualquer tentativa de captura, opõem o vazio. É essa potência corrosiva da marronagem diante dos aparelhos de captura e dos simulacros produzidos que chamo de fuga. E, por essa palavra, entendo uma forma de vida e de resistência que, longe do frente-à-frente espetacular da revolta heroica, opera na sombra uma retirada, uma dissolução continua de si. A fuga é ascese: arte paradoxal da derrota, um desfazer que se aplica tanto às instâncias de dominação quanto à sua reverberação no mais profundo de nós (Bona, 2020, p. 48-49).

Trata-se de se contrapor às linhas de captura, é celebrar o encontro e a possibilidade de criação coletiva de outros mundos, possíveis mundos, contra qualquer tentativa de violência e dominação da monocultura cosmocida de pensamento.

A fronteira sempre poderá ser subvertida, por isso não há como capturá-la com conceitos prévios, pois ela é circulação de saberes, que favorece a sua polissemia. Escetrografar é habitar fronteiras, rearmar os corpos pelas criações do contato e da dimensão cosmopoética.

É como a música do Rappa que apresentamos inicialmente nesse texto, se eles pautam as ciências de baixa tecnologia, não é no sentido de ela ser de menor valor, muito pelo contrário, é por ser uma ciência camuflagem que ela é capaz de acessar as cores escondidas pelas nuvens da rotina.

5 JUSTIÇA EPISTÊMICA: DIMENSÕES DE UMA DÍVIDA IMPAGÁVEL

“O oceano nunca falhou em me lembrar das perdas, e seu rugir ecoava a angústia dos mortos” (Hartman, 2021 p 44). Como podemos reivindicar hoje justiça para um processo de violência que vem se aperfeiçoando a séculos? Se definitivamente são os alicerces coloniais e imperialistas que definem o que é justiça. É possível escapar da máquina colonial de roer mundos e gentes racializadas?

Em seu filme *Serpent Rain*, Denise Ferreira da Silva (2016) demonstra como ainda hoje o oceano Atlântico reage (e vai continuar a reagir por milhares de anos) ao quantitativo de escravizados que por diversos motivos não completaram a travessia e, em suas decomposições, mudaram completamente o ecossistema desse oceano. Tanto em seu filme quanto em seus escritos a autora nos faz ler o evento racial sem a ideia sequencial do tempo.

Ler os eventos raciais de outrora e os de agora é entender que não há separabilidade entre eles, a dinâmica que mata o escravizado com o argumento de ser uma propriedade é a mesma que mata com um tiro de advertência um sujeito racializado com o intuito de proteger a alguém ou alguma propriedade.

As demandas dos escravos no presente têm tudo a ver com cumprir a promessa da abolição, que requer muito mais do que o fim da propriedade de escravos. Cumprir essa promessa exige a reconstrução da sociedade como o único caminho para honrar nossa dívida com os mortos. Nosso tempo está vinculado com o deles – trata-se de uma luta não terminada. Com que finalidade alguém evoca o fantasma da escravidão se não para incitar as esperanças de transformar o presente? (Hartman, 2021, p. 213-214).

Seja pelos processos de escravização, a constante violência racial que não só nos mata, mas nos desumaniza, nos golpeiam constantemente e fere de morte nossas racionalidades, o sistema colonial tenta produzir em nós um amargo esgotamento de nossa imaginação política, nos fazendo crer que não há saídas e que suas instituições são inescapáveis.

Como nunca fomos passivos diante da violência colonial, propomos na presente escrita destituir nossas imaginações de toda ficção de poder colonial e como contragolpe a partir de rearmar nossos corpos de processos imaginativos (epistêmicos) exigir o fim do mundo como o conhecemos.

Desde o primeiro gesto de recusa a se submeter a escravização a construção de espaços de resistências, como os aquilombamentos, a negritude rompe com essas ficções de poder colonial e pautam novas ficções e a possibilidade de existirmos à revelia desse sistema.

No escrito que se segue temos o compromisso de transformar em linguagem o indizível e o intolerável, colocando em xeque violência em estado puro produzida pelo sistema colonial. Como nos inspira Mombaça (2021) nosso propósito é quebrar as ficções de poder e pautar o poder das ficções produzidas por sujeitos racializados, pois requerer o fim desse mundo é a única política razoável para pensarmos nossa existência.

5.1 A linguagem e a violência racial

Desmantelar o mundo colonial não significa que, depois da abolição das fronteiras, serão construídas vias de passagem entre duas zonas. Destruir o mundo colonial é precisamente abolir uma zona, enterrá-la no mais profundo do solo ou expulsá-la do território (Fanon, 2022, p. 37)

A redistribuição da violência não é capaz de vingar as mortes, redimir os sofrimentos, virar o jogo e mudar o mundo. Não há salvação. Isto aqui é uma barricada! Não uma bíblia (Mombaça, 2021, p. 83)

A violência racial é condição indispensável para a sustentação do sistema colonial/colonialidade já nos apresenta muitos autores (Silva, 2016; 2019; Almeida, 2019; Mombaça, 2021; Fanon, 2008; 2022), o presente artigo tem o compromisso de descortinar o palco da violência e tensionar as ficções de justiça desenhadas pela colonialidade, assim como nos inspira Pires, Queiroz e Nascimento (2022) isso faremos não para torná-la palatável “(...) mas para pôr na palavra o intolerável – o que a linguagem colonial tentou esconder, ocultar, tornar aceitável” (p. 20).

Trataremos aqui sobre uma das dimensões da violência racial, o epistemicídio e para tanto buscaremos em Sueli Carneiro (2005) as bases para estruturar nossa discussão. Para a autora o presente conceito funciona para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, é um processo arquitetado de indulgência cultural.

Sueli Carneiro, outra importante intérprete de Fanon, convoca-nos a pensar de que maneira o epistemicídio é também uma das expressões da linguagem, voltada para a produção do conhecimento, que busca não apenas apagar formas de produção do conhecimento dos povos colonizados, mas, junto com isso, promover mecanismos de manutenção da entrada e permanência desses povos em profundos processos de desumanização. Portanto para Sueli, o epistemicídio não é apenas a anulação e a desqualificação do conhecimento, mas a produção material persistente da indigência cultural – negação do

acesso à educação de qualidade, deslegitimação do negro como portador e produtor da razão, discriminação nos espaços de ensino e rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência de recursos –, que sequestra e fere de morte a racionalidade do subalterno, mutilando sua capacidade de aprender (Pires, Queiroz, Nascimento, 2022, p 20-21).

O trecho citado foi retirado do prefácio da edição brasileira de 2022, publicado pela editora Zahar, de “Os condenados da terra”, na oportunidade os autores falam sobre a leitura de Fanon no Brasil a partir do tema, A linguagem da revolução. Eles também trazem ao debate Neusa Santos, apontando que a chave para compreensão do pensamento fanoniano está na comunicação, mais precisamente em seu uso como mecanismo de desrecalcamento, ou seja, um processo de transformar em linguagem o indizível e o intolerável. “A política revolucionária da alma atravessada por processos de cura” (Pires, Queiroz, Nascimento, 2022, p. 17).

Como podemos perceber as dimensões que atravessam o epistemicídio são múltiplas, mas sempre como um golpe final como nos apresenta Carneiro (2005) fere de morte a racionalidade do subalterno. Dessa forma, traremos ao debate outros conceitos que fomentarão a decomposição da estruturação desse processo de violência.

5.2 Genocídio, Epistemicídio e Cosmocídio conceitos correlatos?

É de bom tom preceder uma obra de psicologia por uma tomada de posição metodológica. Fugiremos à regra. Deixaremos os métodos para os botânicos e os matemáticos. Existe um ponto em que os métodos se dissolvem (Fanon, 2008, p. 29)

Para prosseguirmos com a discussão faz-se necessário nos despirmos da leitura do evento racial a partir do tempo (do cronos, da linha temporal desenhada pelo colonizador), assim como nos mostra Denise Ferreira da Silva (2016), buscaremos aqui compreender os conceitos a partir de suas correlações e ressonâncias. Buscaremos recompor tais conceitos com intensão de construir barricadas para reivindicar e estruturar justiça epistêmica.

Inicialmente os conceitos apresentados no presente tópico não podem ser lidos de maneira hierárquica como se partíssemos do primeiro ao último apresentado. Sugiro a leitura como se cada conceito funcionasse como um tentáculo de um mesmo polvo e que a retirada de um deles além de não destruir o problema em sua totalidade, dentro do espaço/tempo da colonialidade faz com que o problema se regenere inúmeras vezes, os golpes precisam ser múltiplos, armadilhados e furtivos.

Dentro do sistema-mundo tanto a natureza como os sujeitos racializados são lidos pelo colono como recurso a serem explorados e consumidos, dito isto podemos alinhar a discussão compreendendo que a violência racial para obtenção e manutenção de suas estruturas de poder não incidirá seu ataque apenas nos corpos dos subalternizados, ou como pontuaria Fanon, dos condenados, a destituição da terra, dos saberes e dos modos de vida são essenciais para retroalimentar a parafernália colonizante.

A raça funciona como mecanismo de distinção entre quem tem o reconhecimento de sua humanidade como atributo exclusivo (brancos) e as espécies não humanas. Entre esses dois mundos não há conciliação possível. “A causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica”, diz Fanon. Com essas considerações, ele nos impele a revisitar toda a construção da trajetória política ocidental – da sua concepção de ‘indivíduo’ aos autorrelatos da modernidade. Contrato social, norma jurídica, autonomia de vontade, representação, soberania popular, coercibilidade, interesse, cidadania, público, esfera pública, Estado de direito, democracia, sujeito de direitos, pessoa humana (Pires, Queiroz, Nascimento, 2022, p. 13).

Partindo dessa leitura fanoniana, sobretudo quanto ao debate de soberania e sujeito de direitos podemos ir diretamente as pontuações de Mbembe (2003) quando diz que a expressão máxima da soberania habita, em maior parte, “(...) no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.” (p.123), colocar em exercício essa soberania é ter controle sobre a mortalidade de sujeitos racializados, o que o autor vai definir como necropolítica.

O genocídio dos sujeitos racializados estão diretamente interligados a essas estruturas de poder apresentadas por Mbembe (2003), ter o controle de quem pode viver e os que devem morrer é mecanismo central para compreender o que já apontamos como epistemicídio, por exemplo, compreender-nos, sujeitos negros e indígenas, como herdeiros de tradições orais o extermínio de nossos conhecimentos recaiu e recai diretamente sobre nossos corpos.

Devemos lembrar também que o sistema-mundo foi fundado numa perspectiva de *plantation* e esse sistema tem sugado até a última gota o que a colonialidade chama de recurso seja dos sujeitos racializados como da terra habitadas por esses. Como sabemos, estamos beirando uma sexta extinção em massa e mesmo esse dado apocalíptico não atravessa a todos os grupos humanos e territórios de uma mesma forma.

Territórios e sujeitos historicamente explorados têm enfrentado de forma mais violenta as mudanças de clima, guerras, genocídios o operador poder/soberania estratifica a sociedade e como vem fazendo desde o seu fundamento decide os que devem morrer.

Entre os que devem morrer como já apresentamos está a natureza que define para alimentar a *plantation*, destituir os sujeitos racializados de territórios e consequentemente da natureza é um dos inúmeros ataques epistemicidas. Sujeitos racializados sempre compuseram em consonância com o natural, não há dicotomia sujeito x natureza.

Nesse sentido falar em cosmocídio é falar de aniquilação sistemática não apenas de sistemas de conhecimento/saberes, mas de todos os elementos que o compõem. Natureza para esses sujeitos é expressão da vida, é conexão e território de existência. Golpear a natureza é ferir diretamente os sujeitos racializados.

Trazemos o conceito de cosmocídio a partir de Bona (2021), esse, busca nos referenciais de Sony Labou Tansi, poeta *kongo* que afirma, os povos do sul global aguardam ansiosamente pela queda do desenvolvimento, o consumo desenfreado está produzindo um cataclisma ecológico. O norte global meteu o mundo em um suicídio coletivo no triplo plano moral, lógico e ecológico.

Partindo da ideia de que o cosmocídio é um processo de aniquilação engendrado pelo norte global no triplo plano moral, lógico e ecológico, podemos afirmar que os golpes operados por essa matriz epistêmica visa ferir de morte os sujeitos racializados e assim o faz de forma armadilhada. Ao mesmo tempo que destitui os sujeitos de seus territórios e/ou usa desses como meros recursos, inclusive colocando os próprios sujeitos racializados como parte desses recursos, ou seja, mão de obra para responder aos interesses do capital, aniquila seus modos de vida.

O norte global, sobretudo com a fundação da modernidade, é avesso a pluralidades seu sistema é unidirecional e atende unicamente aos interesses do capital. Não à toa, seus sistemas fundados em monoculturas agrícolas e epistêmicas. Em contraposição sujeitos racializados contam com uma larga história de compartilhamento de existências entre seres humanos e não humanos e o norte global como forma de simplificar as relações para mais fácil dominá-las promove uma aniquilação sistemática de sistemas de conhecimentos/saberes/territórios.

A monocultura do norte global tem produzido sistematicamente uma depuração ambiental, uma simplificação dos sistemas ecológicos. As saídas encontradas por esse sistema são sempre para uma retroalimentação do capital, como por exemplo a proposta construção de maquinários que capturem CO² da atmosfera (a produção capitalista é a

dianteira da discussão), enquanto povos racializados sobretudo os povos indígenas, ancestralmente já produzem tecnologias que são saídas a essa questão, a co-construção e a coabitação das florestas. A ideia de uma floresta virgem e intocada é uma implantação da monocultura do norte global, esse sistema não quer resolutividade aos problemas aqui apresentados, o capital tem fome irrefreada, ele se alimenta de gentes racializadas, de seus modos e territórios de vida.

Não há como falar em cosmocídio sem pensar no Antropoceno, de maneira geral esse último conceito tem sido compreendido como a entrada em uma nova era geológica em que o homem é o principal responsável pelas mudanças climáticas e as modificações drásticas dos ecossistemas. Mas como nos diria Mirzoeff (2016), “não é o antropoceno, é a cena da supremacia branca; ou a linha divisória geológica da cor” (p. 6).

O que seria o antropoceno se não o resultado de um processo de formação de mundo intencional comandada pelo norte global (sobretudo EUA e Europa) e consequentemente de suas ambições coloniais e imperialistas. Foram esses ideais que definiram que certas pessoas eram produzidas pela “natureza” para serem colonizadas e escravizadas (Mirzoeff, 2016).

Não há, portanto, nenhuma natureza “inocente” que mais tarde não tenha sido despojada pelo Antropoceno: a própria ideia da natureza está enredada com a raça. Como argumenta Silva, o projeto do Iluminismo cria uma “cena de regulação, que introduz a universalidade como descritor jurídico” e uma “cena de representação” na qual apenas o colonizador tem um juízo interno capaz de reconhecer e interpretar a representação (Mirzoeff, 2016, p. 13).

O sujeito colonizador é autodeterminado e como único produtor e regulador, segundo suas próprias narrativas, de justiça possível. Constrói a realidade para justificar seus maquinários de roer mundos e gentes racializadas. Nesse mundo não há saídas ou negociações, não à toa é mais fácil imaginarmos nossa extinção enquanto espécie, que mudar a forma colonial/capitalista e por consequência predatória de habitar o planeta.

Todos os elementos aqui trazidos são partes indissociáveis do sistema-mundo, como pensar saídas a um sistema que está jogando nosso planeta a uma 6ª extinção em massa? Para pensar saídas voltamos a afirmar que mesmo nesse amplo processo de extinção atingem os sujeitos de forma assimétrica, nós sujeitos racializados, compomos as populações mais fragilizadas, como percebemos que na urgência de uma pandemia os corpos que mais morriam eram o de sujeitos racializados, um completo processo de genocídio naturalizado pelo poder hegemônico.

Fanon (2022) já nos deu pistas de como negociar com os que detêm o poder “(...) o colonialismo não cede senão com uma faca na garganta” (p. 57), o autor ainda complementa que esse sistema não é uma máquina de pensar, não são dotados da razão como costumam afirmar, estamos falando de uma violência em estado puro e só chegará ao fim diante de uma violência maior.

A premissa básica desta proposta é a de que a violência é socialmente distribuída, que não há nada de anômalo no modo como ela intervém na sociedade. É tudo parte de um projeto de mundo, de uma política de extermínio e normalização, orientada por princípios de diferenciação racistas, sexistas, classistas, cissupremacistas e heteronormativas, para dizer o mínimo. Redistribuir a violência, nesse contexto, é um gesto de confronto, mas também de autocuidado. Não tem nada a ver com declarar guerra. Trata-se de afiar a lâmina para habitar uma guerra que foi declarada à nossa revelia, uma guerra estruturante da paz deste mundo e feita contra nós. Afinal, essas cartografias necropolíticas do terror nas quais somos capturadas a condição mesma da segurança (privada, social e ontológica) da ínfima parcela de pessoas com *status* plenamente humano do mundo (Mombaça, 2021 p. 74).

Mombaça (2021) corrobora com Fanon (2022) quando traz a redistribuição da violência como um processo de autocuidado, redistribuir aqui funciona como uma barricada para fomentar saídas, a linguagem e a narrativa de si fazem parte nesse processo, como iniciamos o artigo, nosso processo de escrita tem o compromisso ético-político de narrar o intolerável, um contragolpe as artimanhas da linguagem colonial.

5.3 Precisamos nos destituir de toda artimanha assimilacionista colonial

Como afirmamos a partir de Carneiro (2005), faz parte do poderio colonizante destituir-nos, sujeitos racializados, de nossas epistemes, em um processo de desqualificação e desumanização, isso nos nega como sujeitos detentores de conhecimento. Essa destituição objetiva engessar e apagar nossas histórias de resistências.

Ao longo da história muitas foram as narrativas coloniais que buscaram apagar Palmares, a Revolta dos Malês, a Revolução Haitiana e inúmeros outros levantes contra a opressão escravista. Séculos de ‘aperfeiçoamento’ desse sistema colonizante e seu indissociável monopólio jurídico e econômico faz com que muitas vezes enxerguemos as instituições coloniais como inescapáveis.

A escravidão terminou com a resistência transnacional dos escravos que cresceu entre as ações locais, a revolução haitiana de 1791 e a greve geral contra a escravidão americana. No ano anterior ao levante do

Haiti, acabar com a escravidão era tão improvável quanto parece hoje acabar com o capitalismo dos combustíveis fósseis. Cabe a todos nós vermos que a história se repete, não como tragédia ou farsa, mas como sequência do que é melhor que o original (Mirzoeff, 2016, p. 34).

Compreendemos que as tentativas de apagamento da história dos sujeitos racializados e toda a violência racial é produto dos fundamentos coloniais que são condições essenciais para sua existência e perpetuação.

Em suma, afirmar que a racialização é igual à desumanização é uma tautologia: o humano é também um produto do conhecimento racial. Por essas razões, a racialidade, o arsenal de conhecimento que produz a diferença humana, expõe os fundamentos metafísicos das formas éticas e jurídicas do sujeito (SILVA, 2021, p. 203).

Sujeitos racializados e a natureza dentro do arsenal supracitado são compreendidos como recursos a serem explorados, desse ponto, as instituições coloniais são inescapáveis, assim como era a escravidão e é preciso alimentar em nós uma perspectiva abolicionista para reivindicarmos outros mundos possíveis.

Além disso, e se adicionarmos a esta não-humanidade o ponto de vista dos escravizados e dos povos indígenas, a não-humanidade será reconsiderada como “inumanidade”. Afinal, em toda a história, indígenas e pretos foram sistematicamente escravizados e controlados como “objetos que podem falar”, o que é bem diferente de um rio. Podemos afirmar então que a imaginação que pode emergir dessa condição está mais em lugar nenhum do que em qualquer lugar, que ela faz emergir uma subjetividade impessoal mas que ela contém, adicionalmente, uma perspectiva abolicionista, isto é, só é possível re(existir) na inumanidade se abolirmos a perspectiva em que a existência inumana é possível (Natálio, 2016, p. 5).

Abolir um sistema-mundo que nos concebe inumanos requer um processo de imaginação de outros mundos possíveis, “por isso acredito que nossos movimentos por justiça precisam desesperadamente da ficção científica” (Imarisha, 2016 p. 3), aliada a uma articulação política comunitária.

A ficção visionária oferece aos movimentos por justiça social um processo por meio do qual explorar a criação de novos mundos (embora não seja em si uma solução – e é aí que entra o trabalho prolongado de organização comunitária). Eu propus o termo “ficção visionária” (*visionary fiction*) para abranger os modos de criação entre gêneros literários fantásticos que nos ajudam a elaborar esses novos mundos. Esse termo nos lembra sermos completamente irrealistas em nossas organizações, por que é somente por meio da imaginação acerca do assim chamado impossível que podemos começar a concretamente construí-lo. Quando liberamos nossas imaginações, questionamos tudo.

Reconhecemos que nada é fixo, que é tudo poeira estrelar, e que nós temos a força para moldá-lo do modo que o fizemos. Para parafrasear Arundhati Roy: outros mundos não apenas são possíveis, mas estão vindo – e já podemos ouvi-los respirar. É por isso que a descolonização da nossa imaginação é o mais perigoso e subversivo de todos os processos de descolonização (Imarisha, 2016, p. 4, grifos da autora).

Como Silva (2021), a partir do pensamento feminista negro radical, performa um pensamento experimental que ilustra o que torna possível quando a negritude atende ao mandato ético de colocar o nosso pensamento em desafio, “de liberar nossa imaginação e dar boas-vindas ao fim do mundo como o conhecemos, isto é, a descolonização, que é o único nome adequado à justiça”. (p. 198)

Sabemos que não estamos enfrentando um sistema unidirecional, estamos em um sistema capitalista, supremacista branco e cis-hétero-patriarcal, temos que reimaginar tudo desde o início. Esses exercícios transformadores de como pensamos justiça enfrentam as políticas de respeitabilidade, ou melhor dito, as políticas de assimilação (Imarisha, 2016).

Os quilombos sempre foram a materialização desses enfrentamentos, os modos de vida, as formas de habitar as diferenças, a partilha, a fuga, produzindo aquilombamentos que rompiam com a monocultura produtiva e epistêmica dos senhores coloniais, como foi Palmares que vendia seu excedente, enquanto na mesma época a Capitania de Pernambuco enfrentava períodos de escassez (Moura, 1983).

Esses aquilombamentos surgem no rompimento com as ficções de poder estabelecidas, como foi Palmares, como foi a revolta dos malês (1835), um dos levantes de escravizados urbanos mais importantes ocorrido nas Américas, que tinha como uma de suas intenções acabar com o trabalho escravizado e a constituição de uma outra República (Moura, 1983)

E também como ocorreu na Revolução Haitiana (1791-1804), dela resultando a criação do único estado-nação do mundo organizado por escravizados, o Haiti, sendo o primeiro país das Américas a abolir a escravatura e o segundo a obter sua independência. Esses aquilombamentos continuam a assombrar a casa grande, porque colocam em xeque as ficções de soberania dos senhores coloniais (Nascimento, 2008)

Assim como foi a existência dos quilombos, da Revolta dos Malês, da Revolução Haitiana e inúmeras resistências e lutas negra, à revelia do sistema colonial, precisamos nos rearmar de nossas imaginações, como sempre fizeram nossos ancestrais e como nos

inspira o pensamento feminista negro radical e os movimentos decoloniais/contracoloniais.

5.4 Poder visionário das ficções: pautando justiça epistêmica

A destruição como experimento de um processo anticolonial; a destruição do mundo que conhecemos como possibilidade de imaginação política (Mombaça; Mattiuzzi, 2019, p. 17).

Como modalidade de uma *práxis* radical inspirados no pensamento de feministas negras e autores decoloniais/contracoloniais exigimos assim como faz Silva (2019) nada menos que a decolonização, e, o que nós sujeitos racializados, mais especificamente a Negridade reivindicamos, está para além de uma reconstrução do mundo a partir da restauração do valor total expropriado sem o qual o capital não teria se desenvolvido.

Entretanto, ao mencionar o termo reconstrução não me refiro à reparação ou à restituição de uma determinada quantia que corresponda ao que o capital mercantilista e o capital industrial adquiriram através da expropriação colonial desde o século XVI. A decolonização exige a implantação de outras arquiteturas jurídico-econômicas de retificação através das quais o capital global restaura o valor total que continua a derivar da expropriação do valor total rendido pela capacidade produtiva do corpo do escravo e da terra do nativo. Antes de podermos desenhar tais arquiteturas, precisamos de uma outra descrição da subjugação racial pois a que possuímos hoje não é capaz de compreender a demanda pela decolonização, isto é, necessitamos um des-conhecer e des-fazer [unknowing and undoing] d/o Mundo que atinja seu âmago. Antes de começarmos a desenhar coletivamente um modelo da reconstrução, precisamos seguir a Negridade enquanto esta sinaliza que conhecer e fazer podem ser desatados de um tipo específico de pensamento, o que é necessário para abrir a possibilidade para um afastamento radical de um certo tipo de Mundo (Silva, 2019, p. 96-97).

Corroborando com o que nos apresenta Mombaça (2021) compreendemos que o poder opera por ficções, o que nos mostra Silva (2019) é que não é possível estruturar processos de justiça usando os moldes do capital global, isso porque como nos afirma a primeira autora o monopólio da violência é uma ficção de poder que forja uma posição de neutralidade, seu sistema de justiça visa neutralizar os conflitos sociais, conduzindo todas as tensões em uma rede muito pequena de instituições e mitos fundados como neutros pelas narrativas hegemônicas.

O trabalho incessante de revelar o maquinário do poder, projetando-o no futuro ou no domínio fantástico, coincide aí com a tarefa ingrata de produzir essas máquinas, imaginando-as como entidades inescapáveis. O poder insuspeitado das ficções é o de ser cimento do mundo, porque,

como propõe pensar as coeditoras do livro *Octavia's Brood*, Walidah Imarisha e adrienne maree brown, “não podemos construir o que não podemos imaginar”, de modo que tudo o que está construído precisou, antes, ser imaginado. É aí que reside o poder das ficções (Mombaça, 2021, p. 67).

Reivindicar justiça está diretamente interligado com a destruição do mundo como o conhecemos, pois há uma dívida impagável e a matriz moderna se sustenta com regulações de conhecimento (conceitos e categorias), “uma gramática ética (princípios e procedimentos) e arquiteturas jurídico-econômicas (práticas e métodos)” (Silva, 2019, p. 155). Sobre esses pontos nos afirma Fanon (2022), ao nos alertar para as concessões dadas pelo colonizador:

(...) O colonizado, assim, tende a louvar. É preciso multiplicar as explicações e fazer com que o militante compreenda que as concessões do adversário não devem cegá-lo. Essas concessões não são nada mais do que concessões, não tocam no essencial, e na perspectiva do colonizado pode-se afirmar que uma concessão não toca no essencial quando não atinge o âmago do regime colonial (p. 138-139).

Tanto Fanon (2008) quando afirma que pertence irredutivelmente a sua época quanto Mombaça (2021) quando afirma que seus escritos são uma barricada e não uma bíblia nos colocam a pensar a decolonização como percursos contínuos que visem articular resistências e linhas de fuga que deformem os modos do poder através do tempo.

Reivindicar processos de justiça epistêmica requer também que nos rearmemos de nossos processos imaginativos:

(...) Nenhum imaginário ajuda realmente a prevenir a miséria, a enfrentar as opressões, a apoiar os que “suportam” em seus corpos ou espírito. Mas o imaginário modifica as mentalidades, ainda que lentamente (...) Toda poética é um paliativo de eternidade. (Glissant, 2021, p. 213).

Seguindo nessa linha, libertar o poder das ficções do domínio total das instâncias irrestritas das ficções de poder (e seu monopólio da violência) compõe um processo denso de rearticulação diante das violências sistêmicas, que nos exige um trabalho contínuo de reimaginação do mundo e de nossos métodos de conhecê-los (Mombaça, 2021).

O apocalipse deste mundo parece ser, a esta altura, a única demanda política razoável. Contudo é preciso separá-la da ansiedade quanto a possibilidade de prever o que há de sucedê-lo. É certo que, se há um mundo por vir, ele está em disputa agora, no entanto é preciso resistir ao desejo controlador de projetar, desde a ruína deste, aquilo que pode vir a ser o mundo que vem. Isso não significa abdicar da

responsabilidade de imaginar e conjurar forças que habitem essa disputa e sejam capazes de cruzar o apocalipse rumo à terra incógnita do futuro, pelo contrário: resistir ao desejo projetivo é uma aposta na possibilidade de escapar à captura de nossa imaginação visionária pelas forças reativas do mundo contra o qual lutamos. Recusar-se a oferecer alternativas não é, portanto, uma recusa à imaginação, mas um gesto na luta para fazer da imaginação não uma via para o recentramento do homem e a reestruturação de poder universalizador, mas de uma força decolonial que libere o mundo do povir das armadilhas do mundo por acabar (p.82-83).

Compomos algumas páginas para narrar a violência racial como figuração do excesso para manutenção das relações de poder, a partir da retomada dos nossos processos imaginativos instauramos nossas bases epistêmicas para habitar o mundo, nossa escrita se faz gesto contracolonial para demandar uma justiça epistêmica, o mundo dado como conhecemos precisa acabar e não estamos passivos diante disso, nos inspiramos em resistências ancestrais e contemporâneas para golpear esse sistema-mundo como gesto de redistribuição da violência.

Tomamos para essa tarefa as concepções de figurarCOM como a possibilidade de construção de narrativas fabulativas que entrelaçam mundos e existências possíveis, aliados a imaginação política (IP), que são processos cognitivos e espaciais usados por sujeitos e populações de forma intencional para (des) construir os mundos ou realidades políticas, tensionando o mundo como o conhecemos e possibilitando a (re) escrita e recriação, IP como tensionadora de justiça social (Haraway, 2013; Galindo; Martins; Fernandes, 2021; Scott Jr, 2023; Gois; Galindo, 2024).

No tópico a seguir trazemos uma ficção que possui em si o debate das confluências e epistemologias, a construção foi um exercício de imaginação política e como essa tarefa nos coloca a questionar os padrões, as leis, as instituições, a verdade, que por vezes estão cristalizadas em nós. Em uma primeira versão (ver Anexo I) Negridade Esporular possuía uma narrativa um tanto belicosa, que ao retornar as epistemologias feministas negras que tenho usado para tese, sobretudo para esse capítulo, e a leitura do texto “Realistas de uma realidade maior”: figurarCOM a bolsa de ficção em Psicologia Social de Galindo *et al.* (2024), senti a necessidade de modificar a narrativa.

Refizemos o texto retirando os elementos que nos fizessem culminar em uma guerra, resolvemos optar por essa política de escrita na construção da ficção. Em outras partes do texto, é possível notar que, por vezes, há uma narrativa belicosa, mas optamos por mantê-la, por que ainda partimos do pressuposto de que mesmo que não queiramos

fazer guerra é preciso afiar a lâmina, pois há guerras e outras violências que são impostas à nossa revelia.

5.5 Negridade Esporular

Estamos em 2095, o mundo está em ruínas, não porque o seu sistema mudou, mas justamente por conta da manutenção do sistema-mundo que chegamos em tal ponto. Nenhum acordo climático foi respeitado, o mundo arde em chamas e o sul global é o mais afetado em tudo isso. Em todo o mundo multiplicou-se o ilhamento de algumas populações, as poucas que ainda conseguem sobreviver se aglomeram nas pequenas faixas habitáveis do mundo.

A ideia de norte e sul global ganhou outras dimensões, o norte definindo os que estavam dentro das maiores faixas de terras cercadas por muros fortemente vigiados e que contam com as maiores concentrações de poder e o sul sendo os que estão fora das proteções e privilégios dos muros e habitam nas pequenas faixas de terra, essas divisões estão espalhadas pelo mundo de cima a baixo, mas se teve uma coisa em comum com o passado, é que obedece fielmente aos pactos da branquitude e as velhas dinâmicas do colonialismo.

O norte reforçou suas fronteiras, mas os que viviam fora dela já não faziam tanta questão de atravessá-la, pois os processos de violência racial estavam ainda mais latentes lá dentro recaindo cada vez mais sobre nossos corpos. Mas o inverso não era verdadeiro, os habitantes de lá constantemente atacavam as pequenas faixas de vida para explorar o que eles ainda nomeavam de recursos naturais.

A floresta amazônica está savanizada, os desertos do continente africano avançaram quase que por toda a totalidade do continente, assim como no nordeste brasileiro, Índia e na China, o pouco que existia de vida estava cercada de morte e de um medo constante aos ataques rotineiros partindo do norte.

Em todo o sul foi se criando comunidades resistência, muitas no Brasil ficaram conhecidas como Aquilombamentos trazendo a memória de resistência dos quilombos, muitos dos que habitam essas zonas são herdeiros diretos das comunidades quilombolas e trazem consigo a memória de organização comunitária e de práticas ancestrais de cuidado.

Os colonos, como ficaram conhecidos os habitantes do norte, não saqueavam apenas a natureza, atacavam constantemente nossas tecnologias. Em suas narrativas nos

colocam como seres social e tecnologicamente rudimentares, mas não perdem a oportunidade de lançar ataques aos nossos modos de vida.

Mais do que nunca nossas saídas são furtivas! Uma cientista e feiticeira chamada Agbegbe circulava por várias dessas comunidades resistências buscando construir essas fugas pela confluência de saberes. Em uma das menores comunidades, umas das poucas no mundo que escapam do radar dos colonos, habitava Aqualtune uma sábia anciã, mestra na comunicação entre o mundo terreno e o espiritual e exímia conhecedora do mundo vegetal e fungi.

Ilê como era conhecida a comunidade era refúgio de cuidado para os que buscavam cura para suas dores físicas e emocionais, era um dos territórios responsáveis pela recuperação das pessoas que já não conta com hospitais e formas institucionalizadas de cuidado. Há duas décadas Aqualtune e Agbegbe desenvolveram um híbrido a partir das plantas enteógenas e de fungos que se proliferavam das ruínas do sul, uma potente medicina que além de curar os feridos era antídoto contra a colonialidade mental, pois rearmava os corpos da potência da imaginação.

Essa não foi a única tecnologia desenvolvida nesse aquilombamento, percebendo o poder corrosivo dos fungos que habitavam as redondezas Ilê junto com muitas outras comunidades criaram vários híbridos com funções bem distintas, algumas das versões aos olhos de quem não a conheciam se assemelhavam visualmente a potente medicina forjada em Ilê, mas diferente dessa, algumas tinham o poder corrosivo, que não matava imediatamente, mas dava uma falsa ideia de potência física que com o passar do tempo dava seu último recado a quem a estava consumindo.

Essa falsa medicina chegou aos colonos através dos diversos infiltrados que chegavam na intenção de conhecer os aquilombamentos e depois saqueá-los de forma indistinta. Ao chegar no norte global como era de se esperar a medicina que os brancos denominaram de Panaceia não foi distribuída de forma democrática, só a cúpula dos que detinham o poder começou a consumi-la, a consumiam de uma maneira tão desenfreada que o tempo para ocasionar a morte foi reduzido pela metade.

Esse não foi o único contra-ataque produzido pelo sul, isso era só a ponta das saídas armadilhadas que há anos vinha sendo planejadas pelos habitantes do fim do mundo, uma das variantes dos fungos produzidos nas comunidades era capaz de corroer até concreto, foi cultivada há uma década ao longo dos muros que faziam as proteções das fronteiras. Dentro dos muros também habitavam os nossos, por necessidade ou por

imposição, mas nossas resistências nunca obedeceram a fronteiras, sempre foram múltiplas e espectrais.

O plano nunca foi fazer guerra, nossos objetivos eram outros, pois se ainda existiam comunidades resistências era graças à confluência e biointeração entre seres e comunidades. Nossas soluções eram semeadas, cultivadas, plantadas, nossas respostas eram conversadas na fumaça, no toque do tambor e no conhecimento de nossas anciãs e anciãos.

Nós sujeitos do sul nunca demos aos que eram do norte sequer um fungo, planta ou híbrido, seja do medicinal ao do que era destrutivo. Tudo que chegou ao outro lado do muro foi pelas próprias mãos deles, das mãos que saqueavam, feriam e destruíam os poucos respiros que a terra ainda podia dar. Eles esqueceram, ou nunca quiseram aprender que a terra, as plantas e os fungos também vêm cobrar as contas do que lhe foi expropriado.

Dia 25 de julho de 2095 foi o dia em que o muro deu sinais de que desmoronaria. Em Ilê e em inúmeras outras comunidades as mestras e mestres do espiritual iniciaram as cerimônias de encerramento de ciclos, pois eles haviam recebido sussurros dos ancestrais de que a caída do muro não era apenas o fim da linha divisória de fronteiras, mas a possibilidade de um porvir.

Muros rompidos, esperávamos que ainda existiriam ataques, mas o consumo de Panaceia pelos que detinham o poder, e seus exércitos, foi tanta que não sobrou ninguém com forças suficientes para nos atacar. Os que ainda possuíam fôlego de vida eram os inúmeros trabalhadores que não estavam consumindo a substância. Tínhamos agora a difícil tarefa de refazimento do mundo, nossa revolução seria feita com a terra, sementes e esporos.

Um dos grandes pontos que favoreceram os nossos planos foi a maneira dos colonos subestimarem nossas epistemologias, não se deram ao trabalho de estudar a fundo a Panaceia, a grande cúpula e seus exércitos foi amplamente combatida. O que dificultou nossa tarefa de refazimento do mundo foram alguns pequenos grupos que foram vestindo a roupagem colonial e iam destruindo tudo que trabalhávamos para construir, para esses nem o híbrido contra a colonialidade transformaria suas mentalidades, assumimos que lidar com esse problema também fazia parte desse caminho que estávamos construindo.

O mundo da forma como conhecíamos havia acabado, poderia significar um alívio aos que permaneceram, mas o norte já havia consumido o mundo quase por completo. Depois de anos, na tarefa de cultivar um novo mundo, Agbegbe volta a Ilê e encontra

Aqaltune em sua cadeira de balanço, se comunicando com as ancestrais através da fumaça do cachimbo. Um misto de emoções toma conta de Agbegbe, as saudades de Ilê se misturaram as incertezas da possibilidade de um futuro potável, chorando ela questiona a Aqaltune o que será do futuro e, antes de dar mais um sopro para se juntar as ancestrais, ela diz:

– Filha, já nos disse uma vez uma grande mestra: Enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando solução.⁶

5.6 Considerações Finais

Seguimos construindo barricadas, buscar saídas de refazimento do mundo quebrando com a dinâmica colonial, é gesto decolonial, é pensar a justiça a partir de quem recebe o ônus histórico, que se materializa em violência racial, incluindo os processos de epistemicídio genocídio e cosmocídio, e rearmar nossos corpos de imaginação política para que, num duplo gesto, quando no movimento de redistribuição da violência usamos da linguagem para expor as figurações de excesso da violência do poder hegemônico, e pautar a justiça fora do maquinário inescapável do capital-global.

O poder visionário das ficções não é algo novo, nos alimentamos dos ideais de liberdade dos nossos ancestrais que sempre construíram um fora dentro desse sistema. Nos apropriamos de nossa imaginação política e inspirados em Fanon, Denise Ferreira da Silva, no pensamento feminista negro radical e nos movimentos decoloniais/contracoloniais a reimaginar tudo os métodos, as epistemes, a justiça a fim de conjurar o fim do mundo como conhecemos.

Como nos aponta Mombaça (2021), devemos no processo de conjurar esse mundo por acabar controlar a ansiedade de projetar um mundo porvir, isso não é uma recusa a imaginação, mas um gesto político que não busca um recentramento do mundo, mas uma força decolonial que nos libere das armadilhas do mundo por acabar.

Imaginar é antídoto as capturas colonizantes, um subversivo processo decolonial. O poder visionário das ficções fez e ainda faz o sistema-mundo estremecer, assim como em Palmares, na revolução do Haiti, como também nos modos menores de resistência, não cederemos até a decolonização, que como nos diz Silva (2021) é a única palavra adequada para se referir a justiça.

6 Trecho do Conto Ayoluwa, a alegria do nosso povo de Conceição Evaristo (2015, p. 114)
 EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

Escrevo pela impossibilidade da escrita

Componho silêncios

Quem ouve o corpo racializado?

Escrevo e faço do meu corpo apenas corpo

Corpo escuro como a terra

Húmus poesia

Suor, água, mãe

Ancestral que ainda vai chegar

Kalunga Grande vem cobrar a dívida impagável

Nossa escrita não tem ponto final

6. ÉTICA DO CUIDAR: CONFLUÊNCIAS ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICAS

6.1 A menina que libertou o pássaro

A menina com nome de flor tinha a natureza como sua principal amiga, sua maior alegria era mergulhar no Velho Chico até sua pele engelhar, dava cambalhotas, deixava se levar pela correnteza, sua intimidade com o rio era tanta que em um dado momento já não se sabia o que era rio e o que era menina, ela se transformara em menina-rio, colocava sua roupa para secar antes de voltar para casa para que seus pais não suspeitassem da arte.

Seu pai, pescador, tinha a mesma intimidade com o rio, era de lá que saía parte do seu sustento e o alimento para seus nove filhos. Para aliviar as faltas e durezas da vida ele gostava de criar pássaros, possuía muitas gaiolas. Parte do seu dia era dedicado ao cuidado das aves que sempre o presenteava com seus cantos.

A menina-rio, voltando de uma de suas aventuras, pausa em uma tamarineira e passa a observar os pássaros que pousam e cantam em liberdade. Ao voltar para casa ela observa inquieta o passarinho que mais cantava e ela, o ser que se confluía com o rio, se questionou se havia beleza ou desespero naquele canto.

Lá vai mais uma vez a menina-rio lavar os pratos no Velho Chico, cada copo e prato que lavava vinha em sua cabeça o canto daquele pássaro, não era justo para ela que dançava com as correntezas e ia fundo no rio sem medo, pois ele era seu amigo íntimo, imaginar que poderia haver alegria em algo aprisionado.

Ela calculou todas as rotas possíveis para libertar o pássaro, em todas vinha acompanhado da surra que levaria do seu pai. Ela mergulhou fundo no rio o mais fundo que já havia conseguido, foi como lavar a alma de liberdade. Se encheu de coragem, libertar valia mais do que qualquer punição que pudesse receber.

Ao chegar em casa parecia o momento certo para pôr em prática seu plano milimetricamente planejado, a ave parecia saber que sua liberdade estava prestes a chegar e cantava de uma forma nunca ouvida pela menina, ela entendeu o canto e se encheu ainda mais de coragem. Pronto! O passarinho voou em liberdade, a alegria tomou conta da menina e ela pensou: minha alegria hoje só não é maior que a do passarinho.

A punição chegou, mas a menina-rio estava banhada em liberdade. O passarinho voou tão longe que ninguém mais o aprisionaria, pensou a menina. Naquele dia só havia lugar para a alegria e a menina foi comemorar da maneira que ela mais gostava, com um bom banho de rio.

O amigo rio entendeu a menina e a abraçou com suas águas e, quando se tornou menina-rio, ela dançou a coreografia da força e da leveza e imaginou naquele momento que o céu era para aquele passarinho o que o rio era pra ela.

6.2 Cuidado e opacidade: escritos com cheiro e sabor de bolo de milho

Sim, nós (os pretos) somos atrasados, simplórios, livres nas nossas manifestações. É que, para nós, o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito. Nós estamos no mundo. E viva o casal Homem-Terra! Aliás, nossos homens de letras nos ajudam a vos convencer. Vossa civilização branca negligencia as riquezas finas, a sensibilidade [...] A emoção é negra como a razão é grega. (FANON, 2008, p.116). O opaco não é o obscuro, mas ele pode sê-lo e ser aceito como tal. Ele é o não reduzível, que é a mais viva das garantias de participação e de confluência. [...] No verbo compreender existe o movimento das mãos que pegam o entorno e o arrastam para si. Um gesto de encerramento, senão de apropriação. Preferimos-lhe o gesto do dar-com, que abre, finalmente, para a totalidade (Glissant, 2021, p. 222).

Compreendo o processo de cuidado como o gesto do dar-com, me dispo de ideias biomédicas que o termo pode gerar como a ideia de um paciente que recebe passivamente os cuidados de um profissional da saúde. O cuidado é ancestral, sou filho da menina-rio e muitas vezes preciso libertar pássaros, “deslocamento é o contexto perfeito para um pensamento de fluxo livre que nos permite mover além do confinamento restrito de uma ordem social conhecida.” (hooks, 2021. p. 59-60).

Tenho trabalhado nos escritos dessa tese com as ideias de confabulação, reapropriação de processos imaginativos e uma aposta de política de escrita poética, a priori com uma leitura colonialista, quem estiver lendo pode ser capturado por uma ‘compreensão’ de resumir isso ao que aqui está redigido. A aposta política aqui é outra, é do corpo negro que escreve, do corpo que, durante o percurso do doutorado, mesmo experimentando o desemprego, a falta de bolsa que muitas vezes paralisou a escrita e o corpo de quem escreve, continuou, pois havia uma rede de cuidados. Aquilombamentos necessários para materialização da presente pesquisa, foi e ainda é preciso friccionar e ficcionar esse corpo que escreve.

Para me manter no doutorado mudei de emprego algumas vezes, em uma dessas experiências lecionei, por alguns meses, em uma instituição de ensino superior no curso de Psicologia e uma das disciplinas que fiquei responsável foi uma que discutia a questão da multidisciplinaridade. Aproveitei a disciplina para discutir o cuidado com os alunos que cursavam o 9º período do curso.

A discussão acabou indo para as práticas complementares de saúde que chegam ao Sistema Único de Saúde (SUS), como acupuntura, meditação, bem como outras práticas que precisam ser embranquecidas para poderem fazer parte das práticas institucionais de saúde.

Uma das alunas a partir desse debate trouxe a questão da aromaterapia como uma possibilidade de cuidado que poderia ser usada como uma prática de cuidado, após a fala dela uma outra estudante intervém trazendo que essa prática carece de validação científica o que impediria o seu uso. Nesse momento faço uma devolutiva à turma: - O cheiro do bolo de milho da minha mãe... Sempre que tenho uma reunião importante, um encontro com amigos ou simplesmente vou passar um final de semana na casa dos meus pais, minha mãe prepara um bolo de milho para mim, uma das minhas comidas favoritas feita por ela, aquele cheirinho bom de bolo no forno muda o humor de todos que estão lá em casa na hora do preparo. Aquele cheirinho de milho com um leve toque de canela une quem o come não só pelo paladar, mas pelo gesto de cuidado que nele é depositado. Não preciso de nenhum cientista e de nenhuma validação baseada em evidências para me dizer que aquele cheiro é terapêutico para mim.

Hoje influenciado pelo pensamento feminista nas ciências eu pontuaria que a ciência não é feita apenas de objetividades, é preciso estar atentos aos saberes localizados que nos abre ao maravilhamento nas ciências, que “aciona práticas de atenção voltadas às políticas de afetos em intensidades, que se abrem à multiplicidade e à construção de variados corpos, subjetivações e saberes” (Galindo *et al.*, 2022, p. 170)

O bolo e os gestos de cuidado a ele interligados são epistemologias, no caso uma produção de saber feminista negra, operados por minha mãe. Centrar a produção de saber ao que é escrito é apenas mais uma forma de violência epistêmica. Apesar de a minha mãe possuir a receita do bolo há elementos que ultrapassam o registro escrito, por exemplo quando a questionam sobre o tempo necessário para o bolo ficar pronto ela responde, que sabe pelo cheiro, é um corpo memória que subverte a lógica hegemônica de produção do conhecimento.

Inclusive estive na casa dos meus pais esses dias e agora antes de iniciar a escrita desse capítulo comi uma fatia desse querido bolo milho. É como costume dizer, aprendi comunidade e cuidado em casa, na rua em que morava, um dar-com, onde cuidar e ser cuidado é movimento espiralar.

Cuidado é relação

Pode ser silêncio, pausa, sussurro

Como também brado, dança e tambor

É fabulação feita nas calçadas, nos quintais, nas encruzilhadas

É riqueza fina, dar-com dimensão do sensível

Matéria que não cabe em prateleira de biblioteca

É arquivo vivo que não se engessa em museu

É café com bolo da Rosa menina-rio

É banho de rio e de mar, mas cuidado!

Saiba quando as águas não estão para mergulho

Esse tal de cuidado pode não salvar o mundo,

Mas com ele há suspensão, pausa, respiro!

Em consonância com o que propõe Mills (2023) nas linhas que compõem esses escritos está uma dimensão epistêmica não só como modo de resistência aos aspectos racialmente mistificadores da teoria branca, ou ao pacto da transparência como diria Glissant (2021), mas, ainda como nos presenteia esse último autor, pelo direito a opacidade, um pacto com o sensível, com o emocional.

“É preciso [...] desenvolver seus próprios conceitos, percepções, modos de explicação teorias abrangentes e opor-se à hegemonia epistêmica de estruturas conceituais projetadas em parte para frustrar e suprimir a exploração de tais assuntos...” (Mills, 2023 p. 170). Aqui a aposta epistêmica serve não só para borrar a transparência, mas para germinar no lodo fértil da opacidade, aqui o novo é um acúmulo do é produzido ancestralmente, que nos é ensinado por lições comunitário-familiares ou por vezes sussurradas desde outras dimensões.

A transparência deixou de figurar como o fundo do espelho em que a humanidade ocidental refletia o mundo à sua imagem; no fundo do espelho agora há opacidade, um lodo depositado pelos povos, lodo fértil, mas na realidade incerto, inexplorado, ainda hoje e frequentemente negado ou ofuscado, cuja presença insistente não podemos evitar ou deixar de vivenciar (Glissant, 2021, p. 140).

A tarefa epistêmica da perspectiva ocidental eurocristã foi de reproduzir o mundo a sua imagem e semelhança, um horror a todo tipo de diferença e singularidade, há desde aí um pacto com a transparência como nos apontam Galindo e Luders (2021), nesse sentido esses autores propõem psicologias que andam na escuridão como uma ruptura a esse pacto da transparência, É preciso a aposta em aliança localizadas para o florescimento de mundos diversos, é preciso deixar germinar psicologias que se comuniquem com as plantas, que dialogue com os quintais, Brito (2021), que tenha cheiros e sabores. É possível falar de cuidado a partir de um bolo de milho!

6.3 Aprendendo-ensinando comunidade: leituras (po)éticas de cuidado e cura

Começar por sempre pensar no amor como uma ação, em vez de sentimento, é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assuma responsabilidade e comprometimento. (hooks, 2020, p. 55).

Cuidado para nós, sujeitos racializados sempre vem acompanhado, implicitamente, da ideia de comunidade, quando abordamos assuntos relacionados a racialidade a colonialidade coloca em seu bojo de compreensão que nossas ações são sempre respostas às violências a que somos submetidos.

Nesse sentido, aquilombar cuidados se materializa como potência comunitária aliada as circularidades e pluralidades da negritude que compreende as diversidades e não se sobrepõe a outros modos de vida, pelo contrário essas práticas de fazer comunidade estão sempre abertas ao construir com.

Aqui, traçamos caminhos do esperar, a comunidade, o cuidado e a cura são elementos de suspensão e a possibilidade de criação de espaços outros que não nos aprisionam a violência da narrativa colonial. Essa é a lição dos aquilombamentos, que, ainda hoje, vive e frutifica em nós, “nossa visão do amanhã é mais vigorosa quando emerge das circunstâncias concretas de mudança que vivenciamos agora.” (hooks, 2021 p. 46.)

Inspirado nos escritos de hooks (2021) proponho a discussão de comunidade como um processo dialógico aprender-ensinar, pois não se ensina aquilo que não se aprendeu, pelo menos, não, dentro de uma perspectiva negra radical. Um dos meus questionamentos ao escrever essa tese foi o que pode um corpo negro escrever. Acredito que ao longo do que foi escrito dialoguei com esse meu questionamento. O corpo escreve aquilo que ele

pode sentir, é tarefa de corpo aberto. Mesmo a ficção é permeada dos lugares, cheiros, pessoas que conhecemos ou nos permitimos inventar, não é um limite é uma encruzilhada.

Dessa encruzilhada o Aquilombando Cuidados surge como potência comunitária das dissidências que habitam a universidade as multiplicidades de modos de vida antirracistas, anticapacitistas e antiviôlências as populações LGBTQIAPN+.

Sou um homem gay e fui uma criança dissidente sexual, passei a infância e adolescência ouvindo diversas vezes, sobretudo dos homens, que eu precisava agir como homem. Isso nunca me completou, detestava tudo que fosse relacionado a esse universo, desde futebol a outras brincadeiras que fossem ditas coisas de menino, usava do artifício de ser irmão mais velho de duas meninas para ter acesso aos brinquedos ditos femininos.

Mesmo buscando me encaixar na masculinidade hegemônica (Rodriguez, 2019; Connell; Messerschmidt 2013), essa perspectiva de mundo sempre foi muito violenta comigo de formas direta ou indireta buscava refúgio nas rodas de meninas e mulheres. Lá, mesmo com as contradições impostas pelas dicotomias de gênero, era onde encontrava acolhimento.

Enquanto os meninos da minha rua iam jogar bola eu preferia ficar na calçada ouvindo e participando da conversa das mulheres e dos sujeitos dissidentes sexuais e de gênero. Era lá onde eu ouvia as mulheres sendo acolhidas das violências de seus maridos e das demais violações impostas pela questão de gênero, mas era também de lá onde ouvia as saídas dessas situações e o lugar de liberdade para falar de muitos assuntos sem tabu, pequeno eu fingia que estava dormindo para poder ter acesso a algumas conversas que não seriam realizadas caso eu estivesse acordado.

Era também das meninas que vinha a defesa das violências verbais incansáveis perpetradas pelos meninos da escola, posso contar nos dedos as amizades com meninos que tive ao longo da minha educação básica.

Digo isso pra mostrar de onde vieram minhas primeiras lições de comunidade, e as frestas encontradas por esse corpo, que agora escreve, e que continua buscando essas saídas não só para escrever, mas para existir.

Esses modos de compreender comunidade se entrecruzaram a outros de materializar comunidade e aumentou o tecido do Aquilombando Cuidado com a potência do dar-com, atentos a multiplicidade dos nossos modos de vida que golpeia a gramática da universalização e padronização do discurso científico.

Como a escrita não abarca a experiência vivida, mas pode funcionar como um método de leitura de mundo, pois “cada leitura figura uma questão, um problema, uma

crise, é composição. Leitura não é escrita. A leitura precede e excede a escrita.” (Silva; Desideri, 2016 p.63). Uma política de escrita vinculada a uma (po)ética é uma práxis ética-estética-política.

Cada ferramenta de leitura – o mapa astral, o algoritmo, o poema e o tarô – recompõe, dá imagem à questão, de acordo com seus elementos e procedimentos. Assim como cada ferramenta de leitura é como uma linguagem, um modo de sentido, com sua gramática e vocabulário particulares, mas nenhuma possui um monopólio do significado, por que sentido não depende nem da questão nem do questionador/leitor. A leitura da imagem a uma intenção (Silva; Desideri, 2016, p. 63)

Inspirado na proposta de leituras (po)éticas de Silva; Desideri (2016) proponho que a escrita pode operar um sistema de cuidado, uma cura, rompe-se aqui a ideia de marcador saúde-doença, esse processo é compreendido como uma arte e uma práxis criadora de sentidos, esse fazer não é apenas uma tarefa intelectual “envolve muitas maneiras – físicas, mentais afetivas, intelectuais, individuais e coletivas – pelas quais a expressão tem lugar, em que o sentido é dado.” (p. 69). Nessa composição coloco o cuidado e a cura pela escrita como uma expressão do coletivo, do comunitário, na tentativa de um escrever/pesquisar que não capture, mas um dar-com que conflua com os modos de cuidar/curar aprendidos com as alianças feitas pelo caminho.

Cura aqui se torna o processo de reinterpretação da existência, recompondo as narrativas e experiências da doença, dor ou sofrimento [...] é antes um processo de criação na linguagem e como linguagem, um processo de expressão. É a criação de sentido, quando orientada para questões éticas e coletivas, que tem o potencial para recriar o mundo de uma nova maneira (Silva; Desideri, 2016, p. 69)

Fazer sentido, para essas autoras, é um movimento, não uma determinação. Assim, esse processo de criação nos faz navegar a situação problemática especulando os elementos que surgem de natureza e escalas diferentes como pensamentos, sentimentos, pressão econômica, dinâmicas de poder e demais questões que nos façam transitar a situação dada criando ferramentas que nos façam ensaiar nossa maneira de viver e de fazer diferente (Silva; Desideri, 2016)

Alto a essas autoras o sentido de confluência trazido por Nego Bispo dos Santos (2023), que é a força que nos move ao compartilhamento, pois estudando cuidado me vem uma das histórias que minha mãe contava para mim e minhas irmãs quando éramos criança sobre suas travessuras de infância, que também é atravessada pelas histórias de vida dos integrantes do Aquilombando cuidados.

Foi a narrativa que iniciou esse capítulo, que antes de colocar na tese li para minha mãe. Foi muito bonito poder vê-la se reconhecendo na história desde o começo, o deslocamento do lugar da narrativa produziu um refazimento do cuidado, a leitura foi acompanhada de muitos risos meus e dela.

Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso (Santos, 2023, p. 4-5).

Santos (2023) ainda nos presenteia dizendo “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece.” (p. 4) Os elementos da narrativa são tão comuns à minha mãe quanto a mim e as minhas irmãs. O rio, a casa do avô, a tamarineira. Mesmo eu e minhas irmãs sendo da primeira geração que não sobrevive diretamente do rio, é dele onde guardamos nossas melhores memórias afetivas, rio é fluxo, vida, episteme e parente, esse mesmo rio, alimenta os indígenas Aconã, em Traipu-AL, e é um integrante da família do povo indígena Truká em Pernambuco (Vieira, Oliveira, Neves, 2013).

Quantas histórias um rio pode contar? Quantas histórias eu não sei, mas o Velho Chico conta a história de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos agrestinos e sertanejos... Conta também a história da mãe de primeira viagem que se recusou a entrar numa ambulância para parir em um hospital a quilômetros de distância para ter seu filho na Rua da Rocheira, onde cresceu e libertou o pássaro.

Aqui se faz uma retomada da gramática do cuidado, um contraponto a linguagem da violência colonial que nos enclausura e reduz nós sujeitos negros a uma narrativa pobre e sem nuances. A palavra, a linguagem ela tem poder, não à toa a colonialidade impôs suas línguas aos sujeitos colonizados, mas em um movimento contracolonial nós fomos lá e borramos a língua do colonizador, colocamos bunda, dengo, quilombo e caçula e uma infinidade de palavras, termos e sentidos a uma língua que nunca aceitamos passivamente.

Santos (2023) sobre essa questão da língua, quando foi questionado por um caboverdiano como contracolônizar usando a língua do inimigo respondeu, enfraquecendo as palavras que eles usam e fortalecendo as palavras que mais fazem sentido para nós. O inimigo usa desenvolvimento, num movimento contracolonial vamos dizer que essa

palavra não presta, pois o que se faz sentido é envolvimento, aquilo que gera sentido e não uma ideia de consumo.

Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolônização... e assim por diante. Ele entendeu esse jogo de palavras: “Você tem toda a razão! Vamos botar mais palavras dentro da língua portuguesa. E vamos botar palavras que os próprios eurocolonizadores não têm coragem de falar!”. Por que o povo da favela fala gíria? Preenchem a língua portuguesa com palavras potentes que o próprio colonizador não entende. Enchem a língua como quem enche uma linguça. E, assim, falam português na frente do inimigo sem que ele entenda. A favela adestrou a língua, a enfeitiçou. Temos que enfeitiçar a língua. Posso dizer que sou feiticeiro, qual é o problema? Mas sou feiticeiro e milagreiro, porque sou politeísta e sei fazer o efeito tanto pelo milagre como pelo feitiço (Santos, 2023, p. 3-4)

Nesse movimento de milagre e feitiço nós sujeitos negros nos negamos a ouvir passivamente lições de quem nunca pisou no solo rachado do semiárido, de quem se alegrou ao ver a caatinga enverdecendo após as primeiras e esperadas chuvas, de quem não se deliciou com o peixe cozido ou assado das matriarcas depois de um banho de rio. Não ouviremos lições de quem nunca destalou um fumo e depois ficou embriagado com o cheiro forte que impregnava o bairro Primavera.

Nossas histórias de cuidado são vivências que a escrita serve para registrar nossas narrativas não para capturar e catalogar como o pretense saber academicista costuma expropriar pelos lugares onde passa, aqui a proposta é de se pisar devagar, sentir, compartilhar, girar e confluír.

O cuidado é confluência, lembro que desde as primeiras vezes que me deparei com o assunto, muitas histórias e vivências minhas e da minha família pulsaram na minha memória. Uma delas é da minha avó paterna, que seu cuidado não era marcado pelos beijos e abraços, seu cuidado era expressado nos almoços feitos com carne e feijão verde mesclados com farinha, ela sentada no chão fazendo bolinhos com a mescla e distribuindo aos netos, na casa que por diversas questões econômicas que atravessavam seus filhos sempre foi comunitária e nos acolhia nos momentos em que mais pensávamos estar desamparados.

O cuidado é território, chão que se pisa, é também afeto, mão e casa de vó. É ancestralidade do comer com as mãos e no chão. É caligrafia da mãe que segura sua mão, do pai que lê uma história e te ensina a fazer contas de divisão, da vizinha que te cuida e

te busca na escola, é o livro emprestado, a história contada, o choro, o riso e o gozo, não necessariamente nessa ordem.

6.4 Alianças com as psicologias que caminham na escuridão: atravessamentos ético-estético-políticos

O que ocorre quando nos desatamos de uma psicologia se propõe a analisar, compreender e extrair para uma postura de caminhar com psicologias no dar-com, apostando no caminhar e na dimensão da escuta e não na classificação?

A resposta não é fácil, é preciso localizar algumas coisas, quando se é um sujeito negro produzindo conhecimento há um limite preestabelecido, as políticas de ações afirmativas e as escassas políticas de permanência têm garantido o acesso de sujeitos racializados nas universidades, mas muito pouco se tem mexido nas grades curriculares e nas dimensões epistêmicas.

Cada passo que eu dou no meu percurso acadêmico a situação fica cada vez mais branca. No doutorado, com a mudança de instituição e de região do país, mesmo que remotamente por conta da pandemia, passei a fazer parte de mais uma minoria, agora eu era um dos dois alunos nordestinos do doutorado, a outra aluna era do sul da Bahia, não lembro exatamente a cidade, e um dos nossos professores em uma das aulas em que ela não estava presente me pergunta por ela, e diz em tom elogioso adorar nosso sotaque nordestino, devolvi a questão ao professor enfatizando que entre Maceió e o sul da Bahia há uma distância territorial muito grande que inclusive é diretamente proporcional a diversidade de sotaques.

Mas desde a graduação até o doutorado, no nordeste ou no sudeste, dadas as suas especificidades a academia está fundada nos alicerces da branquitude, são inúmeras histórias que não cabem aqui, mas o que meu corpo negro experienciou na academia vai desde ser barrado na portaria pelo segurança, nunca receber as correções que disseram que um texto precisava e que seriam enviadas por e-mail, como também receber respostas de um setor da universidade para resolver uma situação de permanência apenas com o nome do setor sem a identificação de quem me respondia.

Como passar por essas situações e não ficar preso em uma gramática da violência? Como escrever narrativas fora dessa dinâmica de captura perpetrada violentamente e de forma repetida pela academia?

Aplacar a voracidade das Psicologias eurocristãs monoteístas em direção aos saberes negros e indígenas sob a forma do sequestro,

expropriação, roubo e pacto com a transparência. Como extinguir a voracidade sem saciá-la? Em que medida evidenciar o pacto com a transparência auxilia num processo de reparação que se coloque no lugar da voracidade? Haveríamos de sustentar que não se trata de reivindicar as ruínas como relíquias, tampouco de ver na voracidade branca, sinal de uma fragilidade quando se trata, outrossim, de ferocidade. Neste sentido, alianças localizadas são necessárias e desejáveis, visando ao florescimento de mundos menos desiguais. (Galindo; Luders, 2021, p. 19)

Não reivindicamos as ruínas, como relíquias, mas assim como Mombaça (2021) colocamos em jogo o cuidado, acrescentamos também a Psicologia, como solvente, pela abolição do mundo como o conhecemos. Não capturaremos nossas histórias nem nos deixaremos capturar pela narrativa de uma ciência hegemônica, compreenderemos suas coreografias, mas nossas danças são outras.

Isso me fez lembrar a segunda vez em que estive na UNESP-Assis para realização de atividades do Projeto Aquilombando Cuidados. Na ocasião, tivemos atividades pela manhã e pela tarde em um dos auditórios da instituição. Ao chegarmos a Thayná Martinez, fixou um cartaz com nossa arte e informações da atividade na porta do auditório. Ao terminar a atividade da manhã ela tira o cartaz e guarda e alguém do nosso grupo pergunta: Mas a gente não volta para continuar à tarde? Questionando a atitude tomada, no que Thayná devolve: Conheço bem a universidade em que eu estudo!

Esse gesto nunca saiu da minha cabeça, rememoro ele para conversar sobre habitar a universidade não só como espaço físico do qual nossos corpos negros constantemente precisam se esquivar para permanecer, mas desse lugar epistêmico onde guardar o cartaz, não é gesto de silenciamento, mas postura contracolonial que diz esse é o nosso lugar, ele é coletivo, plural.

Mas por outro lado, também postula o lugar que a branquitude estabelece para os sujeitos racializados na academia, essas violências vão minando nossa permanência nesses espaços, vão desacreditando nossa potência de escrita, nossos encontros e narrativas produzidas no dar-com. Não é incomum ver sujeitos racializados abandonarem seus percursos acadêmicos por conta das diversas violências, sobretudo epistêmicas, por que passam.

E mais uma vez, como aposta, e ponho nessas condições, pois não há garantias para corpos racializados passar pelo caminho acadêmico sem sofrer as violências estabelecidas pelos pilares brancos academicistas, mas a tarefa de narrar histórias e construir caminhos de cuidados e psicologias solventes, esse caminho que é comunitário e para mim afrodiaspórico e afrofuturista é semente plantada pelos mais velhos e pelos

que já não estão mais aqui, aquilombamento, benção dos mais novos, não é pretensão de salvar o mundo, mas reivindicação que não dá para ficar como está, mas enquanto isso comemos bolo de milho, tomamos banho de rio e libertamos pássaros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei a pesquisa de doutorado pela parte da espectrografia de fronteira, mesmo inicialmente com outro tema de pesquisa me coloquei aberto as polifonias que esse caminho de pesquisar oferece e atentos ao que traz Fanon (2008) há um ponto em que os métodos se dissolvem, acredito nas confluências que surgem desses encruzilhamentos.

A mudança de rota aberta pelo Projeto Aquilombando Cuidados possibilitou o aquilombamento de ações ao longo de dois anos, o desvio se tornou caminho, mas com a imaginação política e o cuidado como posicionamento ético-estético-político com o qual temos caminhado todo esse percurso.

A permanência estudantil de estudantes cotistas PPI foi tema crucial para o projeto e consequentemente para esta tese. Em muitos pontos trouxe meu percurso acadêmico para pautar o assunto e nesse ponto da tese é importante retomar que não se trata de uma história que se dobra em si mesma, a política de escrita adotada não está na ordem do confessional.

Não trago uma história de superação de um homem negro que alcançou o doutorado. Trago uma narrativa no vestígio, de um tempo alastrado de antinegriidade, que na academia se materializa em diversas violências, sobretudo epistêmicas, pois em 2025 ser o primeiro da minha família (aqui se leia família estendida) a alcançar essa etapa educacional diz mais sobre a violência racial que de uma narrativa de conquista.

Mas, retomado os escritos de Christina Sharpe (2023) não é apenas por essa violência que nos reconhecemos e somos reconhecidos, não me prendo a narrativa do desastre, e quando a narro é para tensionar a hegemonia acadêmica e as psicologias que reiteram e muitas vezes produzem a violência racial.

Aqui retomamos a ideia de espectrografia de fronteira, dimensão da escuta, quantas vezes nos permitimos ouvir em contraposição a um meio que nos cobra que tenhamos sempre algo a dizer, ou pior, uma verdade incontestavelmente científica. Aqui nos deslocamos a outros espaços-tempo, a linearidade não foi um fio condutor do diálogo aqui aberto.

Nos desfazemos do tempo, a ideia de sequencialidade já disparou muitas vezes contra a nossa existência, aqui há uma composição cosmopoética: espectrografar, habitar brechas, num pluriverso ondulante, inventivo e cooperativo. Aqui se buscou construir uma pesquisa sobre ética do cuidado a partir de uma perspectiva racializada (negra), pautamos o cuidado, os processos de criação/invenção e o celebrar como elementos

estético-políticos tão importantes quanto o combate, o ataque frontal deve ser evitado, nossas saídas são furtivas. Camuflagem, pausar enquanto eles esperam o ataque, borrar as pistas, escrever em outros registros, habitar a fronteira.

Neste ponto, apontamos para uma provocação a formação em psicologia, propomos a construção de uma ciência a partir dos sentidos e, permeado pelos ensinamentos de Nego Bispo dos Santos (2023) pautamos a construção de conhecimento a partir de saberes orgânicos que não são mediados como mercadorias, mas que se multiplicam por sua organicidade, é aquilombamento materializado em ciência.

Contra a distopia desenhada pelo sistema-mundo nossos ancestrais já nos alimentavam do sonho, da potência da imagem-ação, uma Cosmo-Poética que rega e reabilita nossas potências, uma ecologia dos sentidos que aponta para a dimensão da escuta, uma ética da relação, capaz de considerar a natureza em sua totalidade, a cosmopoética nos possibilita a imersão em um pluriverso ondulante, um ato resistência que nos permite a utopia concreta de uma pluriépisteme que faça borrar a ideia de centro que o sistema dominante produz de forma irrefreável a partir de sua monocultura.

Nesse sentido retomamos o conceito de cuidado, que é tão presente na psicologia e aqui voltamos a reafirmar que nesse gesto não estamos na busca de uma restauração ontológica dos sujeitos negros a uma humanidade desenhada pela ciência, e consequentemente pela psicologia, fundada pela branquitude.

Apontamos com a presente pesquisa para contribuições a uma psicologia que caminha na escuridão, contra toda gramática da violência nos aliamos ético-estético-politicamente a formas de cuidado e produção de saberes que sejam solventes do mundo como o conhecemos.

Reivindicar uma pesquisa aliada ao relato de experiência é dar abertura ao dar-com como nos inspira Glissant (2021), o pensamento feminista negro radical e as produções de saberes contracoloniais, é dar abertura ao sensível, ao corpo coletivo que compartilha vivências, que atravessa junto a experiência negra no vestígio.

Pensar justiça epistêmica, é rearmar nossos corpos de imaginação. É tensionar a psicologia, as outras ciências e a academia a repensar a permanência. Acessar não é permanecer, com isso tensionamos também a produção de conhecimento. E lançamos a elas o questionamento: até quando suas produções de conhecimento e fazeres reiterará as brutais reimaginações coloniais do navio tumbeiro?

Enquanto isso, no vestígio, vemos nossos estudantes PPI sendo diretamente afetados pelas políticas de precarização da residência estudantil e pela continuidade do

sistema de reserva dos restaurantes universitários nos diversos *campi* da Unesp, com número de refeições disponíveis muito aquém da necessidade real do corpo discente. Como permanecer com uma política deliberada de precarização da vida desses estudantes?

A produção de um trabalho encarnado é tarefa visceral, como nos diz Sharpe (2023) é pensar maneiras de como o cativeiro não pode nos conter e não nos contém e, assim como a autora, espero que essa práxis produza performance e imaginação necessária para os modos de cuidar da vida e do sofrimento das pessoas negras “com especificidade suficiente para responder à hediondez dos múltiplos e sobrepostos presentes que enfrentamos, (...) e realizar trabalhos que não fui capaz de imaginar ou antecipar aqui” (p. 51).

Ou como nos diz Mombaça (2021, p.83) “isto aqui é uma barricada! Não uma bíblia.”, que na fuga a gente produza cuidado, que nesse gesto possamos reabitar nossos imaginários no compromisso ético na construção de futuros potáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.
- BEZERRA, Nielson Rosa. Nos seios da escravidão: um olhar sobre alforrias negociadas por mulheres escravas. Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga – Século XIX. **Outros Tempos**. v. 7, n. 10, p. 50-76, dez. 2010.
- BONA, Dénètem Touam. **A arte da fuga: dos escravos fugitivos a refugiados**. [S.l.]: [s.n.], 2019.
- BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-atualizada-pl.pdf](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-norma-12711-29-agosto-2012-774113-norma-atualizada-pl.pdf). Acesso em: 19 jul. 2022.
- BRITO, Raul Santos. **Saúde mental em comunidades quilombolas: interfaces com a atenção básica em saúde**. 2015. 83f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios.
- BRITO, Raul Santos. **Práticas de cuidado em saúde numa comunidade quilombola do agreste alagoano**. 2021. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Maceió.
- BRITO, Raul Santos *et al.* Projeto Aquilombando Cuidados: Equidade e Permanência de Estudantes Cotistas Pretos, Pardos e Indígenas da Unesp-Assis. **Diversitas Journal**. Santana do Ipanema/AL, v. 8, n. 4, 2023.
- CAMPUS UNESP BAURU. ADMINISTRAÇÃO GERAL. **Comunicado Nº 001/2009** – DTAd/AG. Bauru, 2019. Disponível em: <https://www.bauru.unesp.br/Home/comunidade/restauranteuniversitario/comunicado-001-2019-dtad-ag.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 220f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 29-37, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr. 2013.

COORDENADORIA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL (COPE). **Estudo Analítico realizado pela CPPE/COPE sobre Moradias Estudantis da UNESP**. São Paulo, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/pasco/Downloads/edital-001_2021_propeg_cope_ctinf_anexo-i.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**, p. 441-456, 2007.

EMICIDA. **AmarElo**. [música] Participações: Majur e Pabllo Vittar. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 disco sonoro (álbum).

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**. v.13, n. 25, p. 17-31, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GALINDO, Dolores; FERNANDES, Saulo Luders. Da ruptura do pacto com a transparência: psicologias que caminham na escuridão. **Revista Espaço Acadêmico** – ed. esp., out, 2021.

GALINDO, Dolores; MARTINS, Fábio Henrique; FERNANDES, Saulo Luders. FigurarCOM: Ocupações na Barriga do Monstro. In: OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; MESQUITA, Marcos Ribeiro; SOUZA, Tatiana Marchiavelli Carmo (orgs). **Feminismos, psicologia e resistências contemporâneas**. Maceió: EDUFAL; 2020.

GALINDO, Dolores; RODRIGUES, Renata Vilela; MOURA, Morgana Moreira; COUTO, Walter Eller do. Às Amadoras e Amantes das Ciências. **Rev. Polis e Psique**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2022.

GALINDO, Dolores; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; ZANATA, Fernanda; RODRIGUES, Renata Vilela; MOURA, Morgana. “Realistas de uma realidade maior”: figurarCOM a bolsa de ficção em Psicologia Social. **Quaderns de Psicologia**, v. 26, n. 2, 2024.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GOIS, Douglas Santos; GALINDO, Dolores. APARIÇÕES DO CORPO NEGRO: Arte, Vestígios e Imaginação Política. In: GALINDO, Dolores Cristina Gomes; NAVASCONI, Paulo Vitor Palma (orgs.). **Processos Psicossociais e de Subjetivação na Contemporaneidade**: implicações políticas, éticas e estéticas. [S.l.]: Gradus Editora, 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rios, F., Lima, M. (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOVERNO FEDERAL. “**Precisamos de coragem e vontade política para mudar**”, **diz Lula na abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/09/201cprecisamos-de-coragem-e-vontade-politica-para-mudar201d-diz-lula-na-abertura-da-cupula-do-futuro-em-nova-york>. Acesso em: 8 de out. 2024.

GUIMARÃES, Eder D’Artagnan Ferreira. A política de cotas raciais nas universidades públicas do brasil, duas décadas depois: uma análise. **Trabalho & Educação**, v.30, n.3, p.133-148, set-dez, 2021.

HARAWAY, D. SF: Science Fiction, Speculative Fabulation, String Figures, So Far. **Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology**, n. 3, 2013.

HARTMAN, Saidiya. (Entrevista a Patricia J. Saunders.) Fugitive Dreams of Diaspora: Conversations with Saidiya Hartman. *Anthurium: A Caribbean Studies Journal*. v.6, n. 1, 2008.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

HOOKS, bell. Linguagem: Ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2008.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

IMARISHA, Walidah. **Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça**. Oficina de Imaginação Política - 32ª Bienal de São Paulo: São Paulo, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/walidah_imarisha_reescrevendo_o_fut. Acesso em: 20 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? Falando do centro, descolonizando conhecimento In: KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogo, 2019. p 47-69.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Revista Avaliação*. Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*. n. 32, dez. 2016.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**: Edição comemorativa de 25 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MIRZOEFF, Nicholas. **Não é o Antropoceno, é a cena da supremacia branca ou a linha divisória geológica da cor**. Oficina de Imaginação Política, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/torcer_o_mundo_na_o_e_o_antropoc. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOMBAÇA, Jota; MATTIUZZI, Musa Michelle. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MUNIZ, Ricardo; SILVA, Vitória. **Para fortalecer uma cultura dos direitos humanos na Universidade**. Unesp, [s. l.], 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/sharer.php?noticia=36747> . Acesso em: 3 jul. 2022

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 6-7, p. 259-265, 1982.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). **Dimensões**. v. 21, 2008.

NATÁLIO, Rita. **Acabar o mundo, torcer o mundo**. Oficina de Imaginação Política, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/torcer_o_mundo_na_o_e_o_antropoc. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULA, Camila Henriques de; ALMEIDA, Fernanda Maria de. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 1054-1075, out./dez. 2020.

PODER 360°. 50% SÃO A FAVOR DE COTAS RACIAIS EM FACULDADES, DIZ DATAFOLHA. Brasília, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://bityli.com/mcgZND>. Acesso em: 6 jul. 2022.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; QUEIROZ, Marcos; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A linguagem da revolução: Ler Frantz Fanon desde o Brasil. In: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PROPEG) e a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE). **Edital nº 001/2021-PROPEG/COPE/CTINF**: Chamada Unesp presente para apresentação de propostas ao programa de recuperação e modernização das moradias estudantis. São Paulo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO: Buenos Aires. 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p.276-29, jul./dez. 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

SCOTT JR, Edward D. et al. Facing the rising sun: Political imagination in Black adolescents' sociopolitical development. **Frontiers in Psychology**, v. 14, p. 867749, 2023.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: negritude e existência. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. Oficina de Imaginação Política. São Paulo, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da; NEUMAN, Arjuna. **Serpent Rain**. Ehcho, 2016. Disponível em: <https://ehcho.org/conteudo/serpent-rain>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Denise Ferreira da. Hackeando o Sujeito: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André. (orgs.). **Pensamento Negro Radical**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

SILVA, Denise Ferreira da; DESIDERI, Valentina. Leituras (Po)éticas. **Cadernos de Subjetividade**. n. 19: Da afasia aos gritos, 2016.

SILVA, Denise Ferreira da. **O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo**. University of Liverpool Press. 2016.

SOUTO, Stéfane Silva de Souza. Aquilombar-se: Insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, p. 133-144, jun. 2020.

UFAL - Universidade Federal de Alagoas. **UFAL se prepara para adequar as cotas após aprovação de lei federal**: A instituição foi pioneira na implantação de cotas, desde 2003. 2023. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2023/11/ufal-se-prepara-para-adequar-as-cotas-apos-aprovacao-de-lei>. Acesso em: 10 ago. 2024.

UNESP 2021. **Censo sobre as diversidades** [S. l.], jun. 2021. Disponível em: https://www2.unesp.br/Modulos/Noticias/36747/relatorio_censo2021_vf-1.pdf. Acesso em: 2 jul. 2022.

USP - Universidade de São Paulo. **Comissões de heteroidentificação e a política de cotas na USP**. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/comissoes-de-heteroidentificacao-e-a-politica-de-cotas-na-usp/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

VIEIRA, Hítalo Thiago Gomes; OLIVEIRA, Jacqueline Eyleen de Lima; NEVES, Rita de Cássia Maria. A relação de intermedicalidade nos Índios Truká, em Cabrobó – Pernambuco. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 566-574, 2013.

ANEXO

Anexo I - Negridade Esporular (Primeira versão)

Estamos em 2095, o mundo está em ruínas, não porque o seu sistema mudou, mas justamente por conta da manutenção do sistema-mundo que chegamos em tal ponto. Nenhum acordo climático foi respeitado, o mundo arde em chamas e o sul global é o mais afetado em tudo isso. Em todo o mundo multiplicou-se o ilhamento de algumas populações, as poucas que ainda conseguiram sobreviver se aglomeram nas pequenas faixas habitáveis do mundo.

O norte global reforçou suas fronteiras, mas os que viviam fora dela já não faziam tanta questão de atravessá-la, pois os processos de violência racial estavam ainda mais latentes lá dentro recaindo cada vez mais sobre nossos corpos. Mas o inverso não era verdadeiro, os habitantes do norte global constantemente atacavam as pequenas faixas de vida para explorar o que eles ainda nomeavam de recursos naturais.

A floresta amazônica está savanizada os desertos do continente africano avançaram quase que por toda a totalidade do continente, assim como no nordeste brasileiro, Índia e na China, o pouco que existia de vida estava cercada de morte e de um medo constante aos ataques rotineiros partindo do norte global.

Em todo o sul global foi se criando comunidades resistência, no Brasil elas ficaram conhecidas como Aquilombamentos trazendo a memória de resistência dos quilombos, muitos dos que habitam essas zonas são herdeiros diretos das comunidades quilombolas e trazem consigo a memória de organização comunitária e de práticas ancestrais de cuidado.

Os colonos, como ficaram conhecidos os habitantes do norte global, não saqueavam apenas a natureza, atacavam constantemente nossas tecnologias. Em suas narrativas nos colocam como seres social e tecnologicamente rudimentares, mas não perdem a oportunidade de lançar ataques aos nossos modos de vida.

Mais do que nunca nossas saídas são furtivas! Uma cientista guerrilheira chamada Agbegbe circulava por várias dessas comunidades resistências buscando construir essas saídas. Em uma das menores comunidades, umas das poucas no mundo que escapam do radar dos colonos, habitava Aqualtune uma sábia anciã, mestra na comunicação entre o mundo terreno e o espiritual e eximia conhecedora do mundo vegetal e fungi.

Ilê como era conhecida a comunidade era refúgio de cuidado para os que buscavam cura para suas dores físicas e emocionais, era um dos territórios responsáveis

pela recuperação dos guerrilheiros que enfrentavam o poder estabelecido. Há duas décadas Aqualtune e Agbegbe desenvolveram um híbrido a partir das plantas enteógenas e de fungos que se proliferavam das ruínas do sul global uma potente medicina que além de curar os guerrilheiros feridos era antídoto contra a colonialidade mental, pois rearmava as corpas da potência da imaginação.

Essa não foi a única tecnologia desenvolvida nesse aquilombamento, percebendo o poder corrosivo dos fungos que habitavam as redondezas Ilê junto com muitas outras comunidades criaram vários híbridos com funções bem distintas, algumas das versões aos olhos de quem não a conheciam se assemelhavam visualmente a potente medicina forjada em Ilê, mas diferente dessa, algumas tinham o poder corrosivo, que não matava imediatamente, mas dava uma falsa ideia de potência física que em menos de uma década produziria a morte em massa das populações que o estivessem consumindo.

Essa falsa medicina chegou aos colonos através dos diversos infiltrados que chegavam na intenção de conhecer os aquilombamentos e depois saqueá-los de forma indistinta. Ao chegar no norte global como era de se esperar a medicina que os brancos denominaram de Panaceia não foi distribuída de forma democrática, só a cúpula dos que detinham o poder começou a consumi-la, a consumiam de uma maneira tão desenfreada que o tempo que foi calculado para ocasionar a morte foi reduzido pela metade.

Esse não foi o único ataque produzido pelo sul global, isso era só a ponta um ataque armadilhado que há anos vinha sendo planejado pelos habitantes do fim do mundo, uma das variantes dos fungos produzidos nas comunidades era capaz de corroer até concreto, foi plantada há uma década ao longo do muro que fazia a proteção da fronteira Norte x Sul. Do outro lado do muro também possuíamos nossos infiltrados, esses eram essenciais para realização dos nossos contra-ataques.

Dia 25 de julho de 2095 foi o dia em que o muro deu sinais de que poderia ser rompido. Em Ilê e em inúmeras outras comunidades as mestras e mestres do espiritual iniciaram as cerimônias de proteção e abertura de caminhos as guerrilheiras, guerrilheiros e guerrilheiros que estavam articulando os ataques.

Muros rompidos, guerrilheres altamente treinadas pelas mestras e mestres das muitas artes marciais do sul global começaram o ataque! Os soldados do norte, mesmo munidos dos melhores armamentos, já entorpecidos pela Panaceia não tinham forças para contra-atacar as forças do sul global. Alguns infiltrados ainda empreenderam ataques contra nossa frota, perdemos alguns dos nossos, mas já havíamos perdido tanto que voltar atrás já não fazia sentido.

Um dos grandes pontos que favoreceram o nosso ataque foi a maneira dos colonos subestimarem nossas epistemologias, não se deram ao trabalho de estudar a fundo a Panaceia, a grande cúpula e seus exércitos foi amplamente combatida. O que dificultou nossa vitória foram os agentes do norte que infiltravam nosso exército e pequenos grupos que foram vestindo a roupagem colonial para tentar nos expulsar do norte, para esses nem o híbrido contra a colonialidade transformaria suas mentalidades.

O mundo da forma como conhecíamos havia acabado, poderia significar um alívio aos que permaneceram, mas o norte global já havia consumido o mundo quase que por completo. Depois de quase dois anos, Agbegbe volta a Ilê e encontra Aqualtune em sua cadeira de balanço, se comunicando com as ancestrais através da fumaça do cachimbo. Um misto de emoções toma conta de Agbegbe, as saudades do Ilê se misturaram as incertezas da possibilidade de um futuro potável, chorando ela questiona a Aqualtune o que será do futuro e, antes de dar mais um sopro para se juntar as ancestrais, ela diz:

– Filha, já nos disse uma vez uma grande mestra: *Enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando solução*